



Demonstrações Financeiras

2004

**Publicado no Diário Oficial do Estado do RS,
Jornal do Comércio do Estado do RS
e Valor Econômico,
em 11 de Março de 2005**

Sumário

Relatório da Administração e Balanço Social	3-19
Demonstrações Financeiras	
Balanços Patrimoniais	20-21
Demonstrações dos Resultados	22
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	23
Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	24
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	25-72
Informações Complementares	
Demonstração do Resultado Segregado por Atividade	73
Demonstração do Valor Adicionado	74
Demonstração do Fluxo de Caixa	75
Anexos	
Parecer dos Auditores Independentes	77-78
Manifestação do Conselho de Administração.....	79
Parecer do Conselho Fiscal	80

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Rio Grande Energia S.A. (RGE), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras, os Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal e o Relatório da Administração concernentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2004.

O ano que se encerrou foi positivamente marcado pela valorização da moeda nacional, pelo crescimento da indústria e das exportações do Rio Grande do Sul e pelo aumento do consumo de energia em escala nacional. Nesse cenário, a RGE esteve mais uma vez à frente dos acontecimentos, garantindo o pleno fornecimento de energia elétrica em sua área de concessão. Para tanto, realizou obras de ampliação da capacidade instalada das subestações distribuidoras, das linhas de transmissão, das redes de distribuição e do número de consumidores atendidos. Investiu, ainda, em projetos de melhoria contínua nas áreas de segurança, tecnologia e recursos humanos. Além disso, intensificou o relacionamento com seus clientes, otimizando os processos de atendimento, criando mais facilidades de acesso e desenvolvendo uma comunicação direta, objetiva e personalizada.

Em conseqüência da qualidade da prestação de seu serviço e de sua presença no mercado no qual atua, a RGE conquistou, pelo segundo ano consecutivo, o Prêmio Abradee de Melhor Avaliação pelo Cliente no Brasil.

CONJUNTURA ECONÔMICA

No ano de 2004 a economia brasileira mostrou avanços, recuperando o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no patamar de 5,2%, o maior desde 1994. A pesquisa de Indicadores Industriais, realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), revelou o crescimento do setor em 2004, sendo que: as horas trabalhadas na produção cresceram em 6,2%, as vendas reais em 14,3%, o número de empregados em 3,5% e a massa de salários pagos em 9,0% – a capacidade instalada foi de 83,1% em dezembro. Este forte crescimento também foi refletido no índice de crescimento da produção industrial brasileira, levantado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que foi de 8,3% em relação a 2003.

A expansão do emprego e da renda refletiu-se em maior confiança do consumidor. De um modo geral, o mercado formal de trabalho apresentou um bom resultado em 2004: 39,9% da população ocupada tinham carteira assinada, contra 39,2% em 2003. A taxa média de desemprego em 2004 foi de 11,5%, tendo recuado em relação aos 12,3% de 2003, e chegado no mês de dezembro de 2004 a 9,6%, de acordo com o IBGE.

Com relação à inflação, a variação acumulada no ano de 2004 do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) atingiu 12,4%. Já o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou o ano com variação de 7,6%, acima da meta estipulada em 5,5%; isto fez com que o Banco Central optasse por uma política monetária mais rígida, aumentando a taxa básica de juros, que encerrou o ano em 17,75%.

Ao longo do ano, o Real apresentou uma valorização de aproximadamente 8,0% em relação ao Dólar norte-americano. Em 31 de dezembro de 2004, o câmbio estava cotado em R\$ 2,66 – abaixo dos R\$ 2,89 registrados em 31 de dezembro de 2003. Mesmo com essa valorização, o saldo da balança comercial brasileira em 2004 foi de US\$ 33,7 bilhões *Free on Bord* (FOB), o que significa um crescimento em relação a 2003, quando ficou em US\$ 24,8 bilhões FOB, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. O balanço de pagamentos também mostrou boa performance, fazendo com que as reservas cambiais líquidas no Banco Central atingissem US\$ 25,3 bilhões ante os US\$ 20,5 bilhões no ano anterior.

Quanto a área fiscal, o Governo brasileiro atingiu com folga a meta de superávit primário, que era de 4,25% do PIB e a aumentou para 4,5%. Com isso, contribuiu para que a relação dívida/PIB fosse a menor dos últimos dez anos, fechando dezembro de 2004 com 51,8%.

No Rio Grande do Sul as estimativas da Fundação de Economia e Estatísticas (FEE) apontam para um crescimento do PIB de 3,6%, atingindo o valor de US\$ 52,8 bilhões, o quarto no ranking do país. Nos três setores que compõem a economia - indústria, agropecuária e serviços - o destaque foi para a indústria, com participação de 41,0% no desempenho da economia do Estado, com crescimento de 6,6% em 2004. O bom desempenho do setor industrial reflete a expansão da indústria de transformação, cujo crescimento foi de 7,7%. Os segmentos industriais com resultados mais expressivos foram: fumo, veículos, máquinas e equipamentos, metalurgia básica, mobiliário, produtos de metal, borracha e plástico. Segundo a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS) a expansão do setor industrial teve como base o crescimento das exportações e a recuperação do mercado interno.

A agropecuária, com participação de 18% na economia, fecha o ano com redução de 1,3% em comparação com o resultado de 2003. Mesmo os acréscimos nas safras de fumo e arroz, não foram suficientes para compensar as perdas nas culturas de soja e trigo.

As exportações no Rio Grande do Sul cresceram 23,3% em 2004 somando divisas da ordem de US\$ 9,9 bilhões, ocupando a terceira posição no país e ultrapassando os US\$ 8 bilhões registrados em 2003. As importações do Estado alcançaram US\$ 5,3 bilhões em 2004, assim o saldo comercial gerado foi de US\$ 4,6 bilhões, o terceiro maior do país atrás apenas de Minas Gerais e Paraná. As categorias que mais se destacaram nas importações gaúchas foram as matérias-primas e os combustíveis e lubrificantes, segundo a FIERGS.

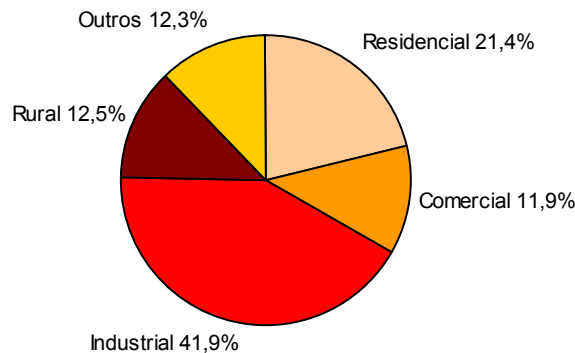
MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

Em 2004, o consumo nacional de energia elétrica obteve um crescimento de 4,8% em relação a 2003, segundo estimativas da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás). Nesse ano a RGE registrou seu melhor desempenho desde o ano 2000, com um crescimento de 5,3% do consumo em sua área de concessão – o equivalente a 6.717 GWh de energia distribuída. Houve um incremento de 20 mil ligações efetuadas no ano, totalizando 1.072.284 unidades consumidoras atendidas.

A Classe Residencial foi responsável por 21,4% do consumo total e 32,2% do fornecimento faturado – o consumo teve um aumento de 1,3% no acumulado de 2004, em comparação com o ano anterior. Foram atendidas 805.276 unidades residenciais, sendo 584.992 unidades na tensão convencional e 220.284 unidades classificadas como Baixa Renda. No total, a RGE distribuiu

1.437 GWh para clientes residenciais. O consumo convencional teve um acréscimo de 3,0% em 2004, enquanto o consumo Baixa Renda recuou 8,9%, representando 13,0% do total da Classe Residencial em 2004, frente a 14,0% em 2003.

Representatividade do Consumo RGE 2004



A RGE registrou um crescimento histórico na Classe Industrial, com a venda de 2.813 GWh para 30.152 unidades consumidoras – a Empresa distribuiu energia elétrica para 38,0% dos estabelecimentos industriais do Estado. Trata-se da classe com o melhor resultado de 2004: a taxa de crescimento no consumo foi de 9,7% em relação a 2003. Observando-se o consumo por ramo de atividade, a Classe Industrial destaca a expansão de quatro segmentos, em comparação com o ano anterior: Borracha e Plásticos, com 17,3% de acréscimo no consumo; Mobiliário, com 14,6%; Metalurgia, com 12,5%; Veículos e Transportes, com 11,6%. Esse excelente resultado é reflexo do desempenho industrial do Rio Grande do Sul, verificado ao longo do ano. A indústria de Alimentos e Bebidas, que apresenta a maior participação na Classe Industrial (22,1%), teve um crescimento de 6,4% no consumo de energia elétrica em 2004. A energia emergencial vendida aos consumidores de Alta Tensão da RGE totalizou 73,8 GWh em 2004, significando um crescimento de 106,6% em relação a 2003 e uma receita total de R\$ 18.470 mil.

O desempenho do consumo da Classe Comercial em 2004 foi 4,6% acima do realizado em 2003. A RGE distribuiu 801 GWh de energia para 93.873 unidades consumidoras.

A Classe Rural registrou um incremento de 3,5% no consumo de energia elétrica em 2004, o equivalente a 838 GWh para 131.300 unidades consumidoras. A subclasse Rural Atividades apresentou o melhor desempenho, com aumento de 8,3% no consumo. Já as Cooperativas de eletrificação rural, reduziram o consumo em 1,2%, em consequência do início da operação de suas Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCH).

Tarifas e Comercialização

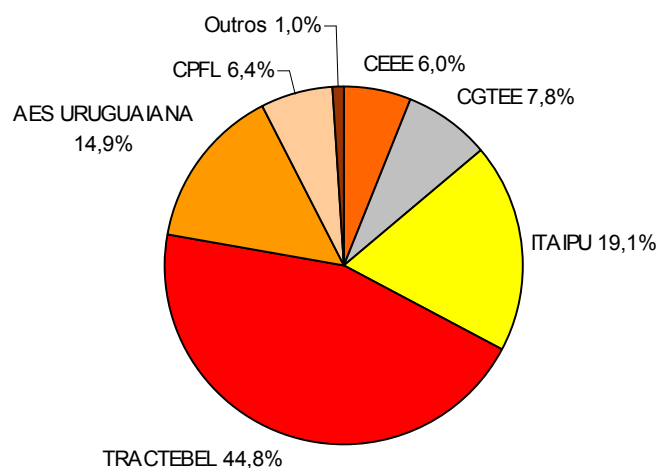
A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) determinou um índice médio de reajuste anual de 14,4% sobre as contas emitidas pela RGE a partir do dia 19 de abril de 2004. Deste reajuste, 6,5% resultam da elevação dos encargos do setor elétrico e do custo de aquisição de energia, custos estes que não são gerenciados pelas distribuidoras, a chamada Parcela A; os itens correspondentes aos custos operacionais da RGE, Parcela B, onde estão incluídos os dispêndios para manutenção e operação da Empresa, tiveram uma correção de 1,4%, abaixo da inflação acumulada nos últimos 12 meses medida pelo IGP-M; 0,9% decorre do fechamento em definitivo da Revisão Tarifária da RGE em abril/04 e 5,6% refere-se aos encargos financeiros de 2004 e a custos represados em 2003 que somente no reajuste de 2004 foram repassados à tarifa.

Os índices de reajuste tarifário por classe de consumo foram de 10,4% para consumidores de Baixa Tensão; 25,2% para consumidores industriais do Grupo A1; 23,1% para o Grupo A3; e 20,8% para o Grupo A4.

Em julho de 2004 se encerrou a vigência da Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE). A RTE vinha sendo cobrada desde abril de 2003, em cumprimento à legislação, para compensar as perdas da RGE com a variação de itens da Parcela A entre janeiro e outubro de 2001. Concluída a recuperação das diferenças de custos desses itens, os consumidores tiveram a redução tarifária correspondente: 2,9% para as Classes Residencial, Rural e Iluminação Pública; e 7,9% para as Classes Industrial e Comercial.

Em 2004, a RGE aditou o contrato de longo prazo com a AES Uruguaiana, visando à adequação às regras do Programa Prioritário de Termelétricidade (PPT), do qual esta passou a fazer parte. Os valores foram reavaliados e a data de reajuste, que se torna anual, foi conciliada com a data do reajuste das tarifas da RGE aos seus consumidores finais.

Contratos de Energia 2004 (GWh)

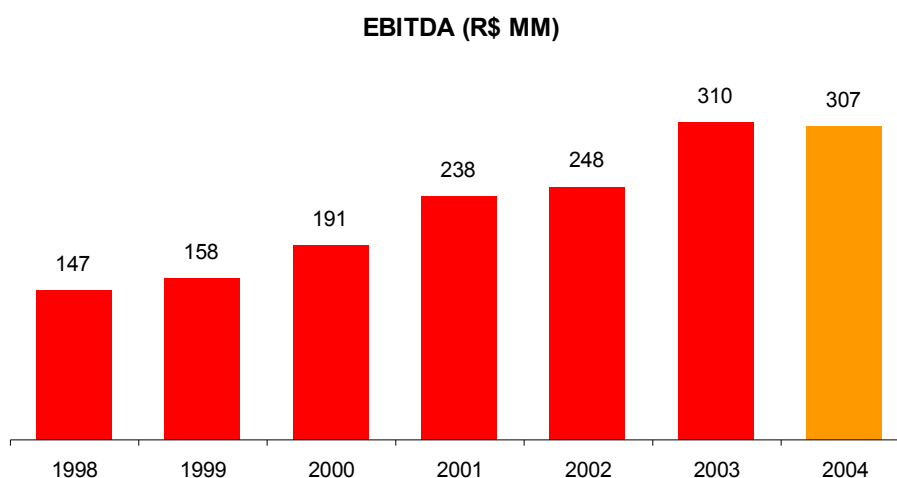


De acordo com a legislação atual do setor elétrico, a RGE cumpriu, em 2004, a segunda etapa da descontração dos contratos iniciais, processo que começou em 2003. Houve mais um degrau de descontração de 25,0% dos contratos com a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e a Tractebel, além de 10,0% do contrato com a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE). Isso representa 1.039 GWh de energia elétrica, que foram substituídos pelos contratos de longo prazo com a Tractebel Energia e a CPFL Brasil.

Por fim, em novembro de 2004 o Governo Federal reconheceu as perdas tarifárias referentes a descontração dos montantes de energia dos contratos iniciais através da Portaria Interministerial Nº 361, cujos efeitos estão contabilizados a partir da publicação desta Portaria.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

A RGE registrou receita bruta consolidada de R\$ 1.908.764 mil no ano de 2004, 20,0% superior a 2003. O resultado do serviço consolidado foi de R\$ 213.875 mil, frente aos R\$ 128.723 mil do ano anterior. O resultado operacional gerencial consolidado antes da dedução dos impostos, depreciação, amortização e juros (EBITDA) sofreu uma redução de 0,8% em relação ao período anterior, atingindo R\$ 307.407 mil em 2004. Contribuiu para essa redução o reconhecimento, por parte do Governo Federal, das perdas tarifárias com a recontração dos contratos iniciais somente a partir de novembro de 2004.



Em 2004 a RGE reverteu o cenário de prejuízo dos últimos cinco exercícios, fechando o ano com um lucro de R\$ 30.752 mil ou R\$ 0,04 por ação, contra um prejuízo de R\$ 23.158 mil ou R\$ 0,03 por ação em 2003. Esse resultado se deveu ao prolongamento da curva de amortização do ágio, decorrente da homologação por parte da Aneel, da incorporação da DOC 3 Participações pela RGE e do desempenho positivo do resultado operacional e financeiro da Empresa.

Durante o ano a Empresa captou junto a instituições financeiras linhas de financiamento de longo prazo no montante de R\$ 240.374 mil para atender o seu Plano Financeiro de 2004.

REGULATÓRIO

Durante 2004, a RGE manteve entendimentos com a Aneel e encaminhou a adequação da Empresa às exigências das seguintes Resoluções: 057/2004, que regulamenta o serviço de teleatendimento; 061/2004, sobre o ressarcimento de danos em equipamentos elétricos; e 063/2004, sobre penalidades, entre outras.

No mês de julho, a Aneel determinou, por meio da Resolução Homologatória 166/2004, a aprovação da incorporação da DOC 3 Participações S.A. pela RGE, e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) manifestou concordância com os termos apresentados na referida resolução.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Para proporcionar aos Acionistas, Diretores, Gestores, Colaboradores, Parceiros e Clientes o máximo de confiabilidade em suas operações e a garantia de que a Empresa prima pela transparência, a RGE estabeleceu mecanismos de gestão dos processos, monitoramento contínuo de riscos e avaliação de controles internos, com o objetivo de definir medidas para evitar que riscos se transformem em perdas corporativas.

Através da adoção das melhores práticas de Governança Corporativa, a RGE continuou, em 2004, a adequação aos padrões definidos pela Lei Sarbanes-Oxley. Criada nos Estados Unidos e em vigor desde 2002, a Lei estabelece regras para a boa governança corporativa, ressaltando o gerenciamento de riscos, o controle interno, a transparência e a prestação de contas. A RGE estruturou seus processos de forma a operar todas as atividades, sejam elas corporativas ou técnicas, sistêmica e ordenadamente. Dessa forma, garante a Acionistas, bancos, seguradoras, agentes reguladores, CVM, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e demais agentes de mercado que mantêm adequado controle sobre seus processos, divulgando e garantindo o acesso a seus números e informações com total segurança.

Em 2004 também foi estruturado o Plano de Emergência RGE, que define como a Empresa deverá agir em casos de emergência, adequando a gestão para evitar a interrupção das operações e para que haja o mínimo de perdas.

Os Conselhos de Administração e Fiscal têm um papel fundamental no processo de Governança da RGE. As reuniões do Conselho Fiscal são mensais, cuja pauta contempla a discussão de assuntos ligados à gestão de riscos e controles, a análise das atas de decisões de Diretoria e do Conselho de Administração, informações financeiras e assuntos que interfiram no resultado da Empresa. O resultado dessas reuniões é formalmente reportado ao Conselho de Administração que, por meio de comitês, avalia técnica e financeiramente se determinados assuntos devem ser submetidos à apreciação daquele Colegiado.

A interação dos Conselhos Fiscal e de Administração com as atividades da Empresa torna mais dinâmica a avaliação e a aprovação das informações e, conseqüentemente, traz maior segurança quanto aos resultados trimestrais, demonstrações financeiras e o Relatório da Administração divulgados.

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, comunicamos que a PricewaterhouseCoopers, durante o exercício de 2004, somente prestou serviços de auditoria externa.

INVESTIMENTOS E OBRAS

Os investimentos da RGE no Rio Grande do Sul somaram R\$ 98.022 mil em 2004, um valor 57,0% superior ao ano anterior. A maior parte desses investimentos foi destinada à ampliação, adequação e manutenção de instalações de subestações, linhas de transmissão, redes de distribuição e obras do Plano de Universalização de Energia Elétrica, entre outros.

As obras executadas ao longo do ano permitiram um incremento nas linhas de transmissão, passando de um total de 1.581 km em 2003 para 1.616 km em 2004. A rede de distribuição teve uma evolução da expansão de 62.948 km em 2003 para 63.526 km em 2004. A Empresa encerrou o ano com 1.054.952 postes, 52.738 transformadores de distribuição e 60 subestações, sendo uma móvel.

A capacidade instalada em subestações, sem considerar a subestação móvel, evoluiu de 1.389 Mega Volt Ampere (MVA) em 2003 para 1.417 MVA em 2004, representando um acréscimo de 28 MVA. Também no ano passado, a carga própria da RGE apresentou um crescimento de 6,4% em relação ao ano anterior. A potência instalada pela Empresa, em conjunto com os contratos de energia firmados com seus fornecedores, permite atender ao crescimento do mercado previsto para os próximos anos. De 1998 a 2004, a capacidade instalada da RGE aumentou 63,2%, enquanto a demanda cresceu 16,0%.

Complexo de Obras Não-Me-Toque: No dia 28 de julho de 2004, a RGE inaugurou a primeira etapa do Complexo de Obras Não-Me-Toque, proporcionando melhorias no sistema elétrico da região do Alto Jacuí. Foram investidos mais de R\$ 6.500 mil nas obras, que incluíram a reforma e adequação das Subestações de Não-Me-Toque e Ibirubá, o recondutoramento da linha de transmissão 44kV Santa Marta–Ernestina–Não-Me-Toque e a construção de 46,5 km da linha de transmissão 69 kV Não-Me-Toque –Ibirubá. O projeto já beneficiou cerca de 15 mil unidades consumidoras.

Ampliação da Subestação Passo Fundo 1: A RGE investiu R\$ 494 mil nas obras de melhoria da Subestação Passo Fundo 1, com a adequação no módulo de entrada de linha de transmissão 138 kV e instalação de sistema de supervisão e telecontrole.

Ampliação e melhoria da Subestação da Usina Hidroelétrica de Passo Fundo (Eletrosul): A capacidade da Subestação de Conexão com a Rede Básica foi ampliada em 84 MVA, com a instalação, pela Eletrosul, de um segundo banco de transformadores de 230/138 kV, aumentando assim a confiabilidade do sistema. A obra foi finalizada em dezembro de 2004, beneficiando cerca de 80 mil unidades consumidoras da região de Erechim. Nesta mesma Subestação, a RGE investiu R\$ 417 mil com a implantação do sistema de supervisão e telecontrole no setor de 23 kV.

Universalização da Energia Elétrica e Luz Para Todos: Com a obra realizada na localidade de Linha Tunas Baixas, Distrito de Vila Oliva, em Caxias do Sul, a RGE tornou-se pioneira no Programa Luz Para Todos no Rio Grande do Sul. Cerca de 20 famílias foram beneficiadas com a chegada da energia elétrica nesta localidade, em outubro. Em dezembro, foram inauguradas as obras do Luz Para Todos no município de Tupanciretã, com a presença da Ministra de Minas e Energia. Neste município, os investimentos somaram mais de R\$ 80 mil e atenderam 19 famílias de agricultores do assentamento Nova Várzea. O Programa Luz Para Todos foi instituído pelo Governo Federal, com a finalidade de promover a inclusão energética de 300 mil pessoas somente

no Rio Grande do Sul, até 2006. Na área de concessão da RGE, o programa está orçado em R\$ 16.513 mil, valor a ser partilhado entre a Empresa e o Governo Federal.

A Empresa também iniciou, em fevereiro de 2004, a campanha de divulgação do Plano de Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica com o objetivo de estimular o cadastramento das residências que ainda não têm energia elétrica. De acordo com o Plano de Universalização, as novas ligações em baixa tensão até 50 kW de carga instalada devem ser custeadas totalmente pelas distribuidoras de energia elétrica.

Durante o ano de 2004, a RGE realizou 2.085 obras dentro do Plano de Universalização e do Luz Para Todos, beneficiando 6.497 unidades consumidoras com um investimento de R\$ 11.939 mil.

Programa de Eficiência Energética: Em 2004, a RGE substituiu lâmpadas e equipamentos convencionais por tecnologias mais eficientes em 8.902 pontos de iluminação pública de cinco municípios gaúchos, como parte do seu Programa de Eficiência Energética (PEE). O investimento gerou uma economia de 2.012,73 MWh/ano e 615,4 kW de demanda evitada.

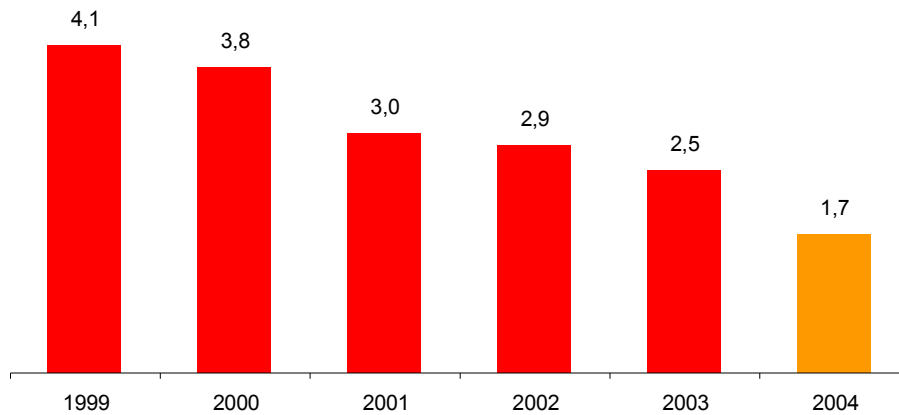
Pesquisa & Desenvolvimento: Dando continuidade ao Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (P&D), a RGE concluiu o Ciclo 2002/2003, que incluiu onze projetos e um investimento, em 2004, de R\$ 2.400 mil, além de aprovar e iniciar dez projetos para o Ciclo 2003/2004. O P&D tem o objetivo de fomentar a pesquisa em atividades relacionadas ao setor elétrico e aprimorar as tecnologias e processos utilizados atualmente.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2004, a RGE apresentou uma melhora expressiva no índice de Qualidade do Faturamento (QF). A Empresa encerrou o ano com um QF de 1,7 contas anuladas a cada 10 mil contas emitidas – excluindo-se cobranças de terceiros –, quando o contrato de concessão permite que a Empresa tenha até 7 anulações a cada 10 mil contas emitidas.

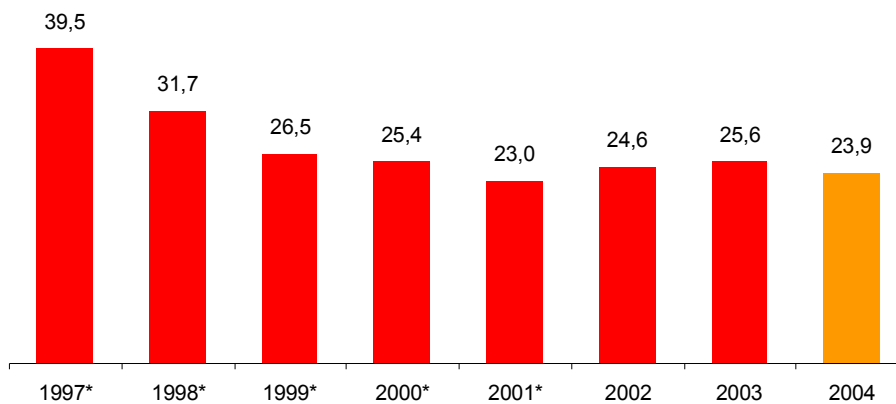
Propiciaram para essa melhora os programas de treinamento da RGE voltados a leituristas e entregadores e a eficiência dos processos de cadastro e faturamento. Os investimentos realizados pela Empresa na área de Leitura e Entrega, destacando-se a renovação total da frota de motocicletas utilizadas nessas atividades, e a continuidade do projeto Ranking das Bases de Leitura e Entrega, iniciado em 2003, visaram à melhoria contínua dos indicadores operacionais e de segurança.

QF - Qualidade do Faturamento



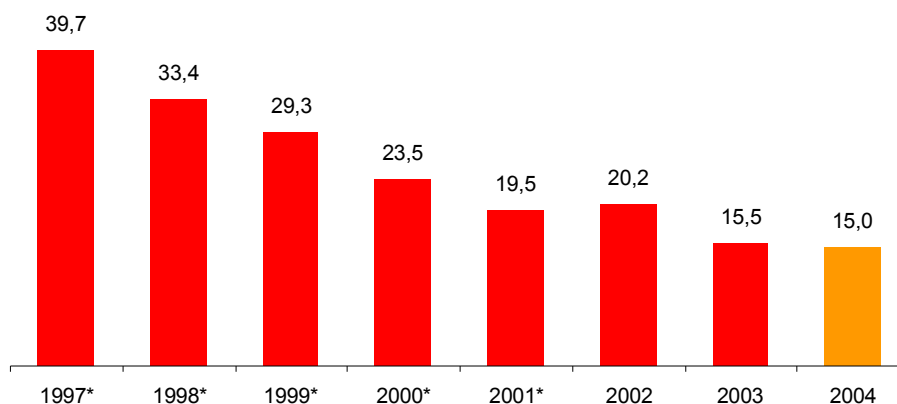
Em 2004, a Duração Equivalente de Interrupção por Cliente (DEC) apresentou uma queda de 25,6 horas em 2003 para 23,9 horas em 2004. Da mesma forma, a Frequência Equivalente de Interrupção por Cliente (FEC) manteve a tendência de melhora em relação a 2003, reduzindo-se de 15,5 para 15,0 vezes. O Tempo Médio de Atendimento (TMA) de interrupções também diminuiu de 171 minutos em 2003 para 162 minutos em 2004.

DEC - Duração Equivalente de Interrupções (H)



*Valores ajustados conforme entendimentos com a Aneel

FEC - Frequência Equivalente de Interrupções (N°)



*Valores ajustados conforme entendimentos com a Aneel

Inadimplência e Recuperação de Créditos

Em 2004, a RGE estruturou seu Departamento de Cobrança e Gestão de Perdas Comerciais, com o propósito de intensificar as ações de redução da inadimplência. A inadimplência do ano totalizou R\$ 110.006 mil, desse valor, R\$ 16.289 mil têm origem em procedimentos irregulares (fraudes) na medição.

Foram realizados 24 parcelamentos de débitos com Prefeituras, recuperando R\$ 12.844 mil na inadimplência desse setor. No Poder Público Estadual, a Empresa ressalta a cobrança administrativa dos valores pendentes, resultando em uma queda significativa destes entre dezembro de 2003 (R\$ 3.797 mil) e dezembro de 2004 (R\$ 2.041 mil), o que representa uma recuperação de 36,0%.

Também foram realizados 236.365 cortes de energia por falta de pagamento, gerando um incremento de 59,7% em relação a 2003. Esse aumento refletiu na queda da inadimplência de 0-180 dias, não deixando a dívida envelhecer no mesmo ritmo de 2003. Essa tendência é notada a partir de julho de 2004, após as novas ações de cobrança criadas pelo Departamento.

A Empresa também iniciou um programa de inspeções com o objetivo de avaliar o funcionamento da medição de energia elétrica de 200 mil unidades consumidoras no prazo de 24 meses. O programa integra o Plano de Ação 2005/2006 de redução de perdas.

PROJETOS INTERNOS

Ao longo do ano, a RGE desenvolveu diferentes projetos voltados à modernização dos sistemas de gestão, ao aumento da qualidade dos processos operacionais e à melhoria do atendimento ao cliente. Alguns dos projetos internos nos quais a Empresa investiu:

Prêmio RGE Qualidade de Fornecedores: Em junho, a RGE realizou a primeira edição da premiação, que reconhece os fornecedores que se destacam em qualidade, custos e eficiência na entrega dos seus materiais e serviços.

Migração do SAP: Entrou em operação em julho a versão atualizada do sistema de gestão empresarial da RGE, o software SAP R/3, o que trouxe melhorias significativas nos processos relacionados a finanças, ativo fixo, administração de materiais, controladoria, planejamento e controle da manutenção. As funcionalidades do sistema foram, ainda, estendidas à tesouraria e à gestão de estoque pelo fornecedor.

RIC MT: A RGE participou da atualização e revisão do Regulamento de Instalações Consumidoras de Média Tensão (RIC MT), junto com a CEEE e a AES Sul. As três distribuidoras passaram a contar com os mesmos padrões de instalações, o que facilita a elaboração de projetos de fornecimento de energia para clientes de média tensão e orienta os fornecedores de materiais e serviços no atendimento às demandas do mercado.

Migração do InService: O sistema InService é utilizado no Centro de Operação da Distribuição (COD) da RGE para gerenciar a operação da rede de distribuição e despachar ordens de serviço às equipes de campo. A nova versão do sistema começou a operar em dezembro e gerou melhorias em processos, como a identificação da equipe mais apropriada para realizar o atendimento; a priorização de eventos; o controle e o acompanhamento das equipes de atendimento; a integração do sistema com o RGE 24 Horas – Serviço de Atendimento ao Cliente; a geração automática de mensagens de alerta para eventos de risco, entre outras.

Projeto BSC: Em 2004 a RGE iniciou a implantação do Sistema de Medição do Desempenho por meio da metodologia do *Balanced Scorecard (BSC)*. Os principais objetivos do projeto são traduzir a estratégia da Empresa em termos operacionais; garantir que componentes da estratégia estejam alinhados e vinculados; comunicar a estratégia a toda a organização e formar a base de um processo eficaz e integrado de gestão estratégica. O Projeto BSC teve a duração de seis meses e a sua implementação está prevista para o primeiro semestre de 2005. Com o BSC, o processo de análise e correção de rumos da estratégia se tornará mais dinâmico, possibilitando a tomada de decisões com maior agilidade e segurança.

SEGURANÇA

A segurança se mantém como assunto prioritário na RGE, mobilizando Colaboradores e Terceirizados por meio de campanhas e ações internas relacionadas com o Sistema de Gerenciamento de Riscos e Controle de Perdas – Sistema Vida e com a Campanha Viva com Segurança. A primeira manifestação da Campanha Viva com Segurança em 2004 foi o lançamento, em fevereiro, da Regra Zero – “Pare, não faça!” –, regra de segurança mais importante da Empresa. O “Pare, não faça!” vem sendo constantemente trabalhado para que se torne uma atitude natural

entre os Colaboradores: em caso de dúvidas sobre determinada tarefa ou se as condições para a sua realização forem subpadrão, a regra é não fazê-la, evitando riscos à própria vida ou à vida de outras pessoas.

Para permitir um trabalho ainda mais elaborado e eficiente na área da segurança, a RGE criou o Departamento de Segurança, com três Divisões distintas: Engenharia de Segurança do Trabalho, Desenvolvimento Técnico e Observação de Tarefas. Essa mudança estrutural possibilitou o fortalecimento das ações em favor da cultura da segurança, com um comprometimento cada vez maior dos Colaboradores. Em 2004 iniciou-se a implementação do Plano Especial de Segurança, que tem como objetivo acelerar as iniciativas de melhoria contínua do Sistema de Gestão de Segurança da RGE.

A Taxa de Gravidade de Acidentes (TG) apresentou uma redução gradativa ao longo do ano, totalizando uma queda de 8,0% comparando-se com o ano anterior – de 2.822 em 2003 para 2.595 em 2004. A Taxa de Frequência de Acidentes (TF) de 2004 ficou em 9,6 contra 2,7 registrados em 2003 – esse aumento deveu-se, principalmente, ao aprimoramento da Empresa no registro das ocorrências de acidentes com os colaboradores, já que, anteriormente, os critérios de registro utilizados pela Empresa não contemplavam todos os acidentes ocorridos no período.

RELACIONAMENTO COM O CLIENTE

Em 2004 a RGE reestruturou o Departamento de Relacionamento com o Mercado, criando Divisões Regionais nas cinco principais cidades de sua área de atuação: Gravataí, Caxias do Sul, Passo Fundo, Santa Rosa e Santo Ângelo. O objetivo das Divisões Regionais de Mercado é promover o relacionamento com a comunidade, dando um atendimento diferenciado aos Clientes Corporativos, Poder Judiciário, Procons, Ministério Público, Prefeituras, entre outros. Foi criado também um website de relacionamento entre as regionais e os Clientes Corporativos, sendo mais uma alternativa de comunicação do cliente com a RGE.

A Empresa iniciou também um trabalho de reposicionamento de sua marca, a partir de campanhas para o público interno e externo, transmitindo uma maior proximidade da Empresa com as comunidades nas quais atua. Uma das evidências desse reposicionamento foi a ampliação do RGE 24 Horas, duplicando a capacidade de atendimento aos clientes. Essa ampliação veio atender à Resolução Normativa 057 da Aneel, de 12 de abril de 2004, que estabelece condições de atendimento pelo call center das concessionárias de energia elétrica. A RGE se preparou para atingir as novas metas estipuladas pelo órgão regulador, com a modernização e ampliação dos recursos tecnológicos e de atendimento. A ampliação do RGE 24 Horas também possibilitou a abertura de novos postos de trabalho no setor.

Foi lançado, ainda, um informativo impresso dirigido aos clientes residenciais da RGE, denominado “Mais Energia para Você”, de circulação trimestral. A primeira edição foi publicada em outubro de 2004, com distribuição junto com a conta de energia elétrica. O informativo traz dicas do uso da energia elétrica com segurança, divulga os serviços prestados pela Empresa e as campanhas externas, bem como notícias diversas de interesse dos clientes e da comunidade.

BALANÇO SOCIAL

RIO GRANDE ENERGIA S.A. BALANÇO SOCIAL (EM MILHARES DE REAIS)

	2004			2003		
	R\$	% sobre FPB	% sobre RL	R\$	% sobre FPB	% sobre RL
1 - Bases de cálculo						
Receita líquida (RL)	1.356.449			1.169.121		
Resultado operacional (RO)	114.696			(27.771)		
Folha de pagamento bruta (FPB)	38.157			33.773		
2 - Indicadores sociais internos	R\$	% sobre FPB	% sobre RL	R\$	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	4.456	11,7%	0,3%	3.944	11,7%	0,3%
Encargos sociais compulsórios	14.074	36,9%	1,0%	12.311	36,5%	1,1%
Previdência privada	4.854	12,7%	0,4%	7.170	21,2%	0,6%
Saúde	1.038	2,7%	0,1%	828	2,5%	0,1%
Segurança e medicina no trabalho	1.016	2,7%	0,1%	856	2,5%	0,1%
Educação	26	0,1%	0,0%	29	0,1%	0,0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	937	2,5%	0,1%	442	1,3%	0,0%
Creches / auxílio creche	117	0,3%	0,0%	106	0,3%	0,0%
Participação nos lucros ou resultados	5.407	14,2%	0,4%	2.643	7,8%	0,2%
Outros	871	2,3%	0,1%	623	1,8%	0,1%
Total - Indicadores sociais internos	32.796	86,0%	2,4%	28.952	85,7%	2,5%
3 - Indicadores Sociais Externos	R\$	% sobre RO	% sobre RL	R\$	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos na cidadania - educação e cultura	1.766	1,5%	0,1%	815	-2,9%	0,1%
Tributos (excluídos encargos sociais)	510.193	444,8%	37,6%	382.757	-1378,3%	32,7%
Total - Indicadores sociais externos	511.959	446,4%	37,7%	383.572	-1381,2%	32,8%
4 - Indicadores ambientais	R\$	% sobre RO	% sobre RL	R\$	% sobre RO	% sobre RL
Programa de gestão ambiental	209	0,2%	0,0%	167	-0,6%	0,0%
Programa de desenvolvimento tecnológico e industrial	93	0,1%	0,0%	94	-0,3%	0,0%
Total - Indicadores ambientais	302	0,3%	0,0%	261	-0,9%	0,0%
5 - Indicadores do corpo funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período	1.407			1.318		
Nº de admissões durante o período	262			144		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	1.101			952		
Nº de estagiários(as)	42			41		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	119			113		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	296			162		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	16,0%			16,0%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou neces. especiais	50*			65		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
Valor adicionado total a distribuir	874.699			716.472		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	73,5% Governo 3,3% Acionistas	7,1% Colaboradores(as) 15,9% Terceiros	0,2% Retido	68,6% Governo 0,0% Acionistas	8,6% Colaboradores(as) 26,0% Terceiros	-3,2% Retido

* O número de colaboradores portadores de deficiência ou necessidades especiais em 2004 foi apurado conforme os novos critérios do Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004.

Recursos Humanos

A RGE encerrou 2004 com 1.407 Colaboradores, frente aos 1.318 de 2003. Ao longo do ano 159 colaboradores foram promovidos através de programas de recrutamento interno. A Empresa manteve a sua política de Desenvolvimento de Recursos Humanos, investindo em 83.800 horas de treinamento. O projeto de *E-Learning* da RGE capacitou 93% do quadro de colaboradores em dois módulos de treinamento. Também tiveram continuidade os Programas de Incentivo à Educação, com a distribuição de bolsas de estudo para cursos técnicos e de pós-graduação. Outros benefícios criados em 2004:

RH On-Line: Canal de comunicação que concentra, na Intranet da Empresa, todas as informações relacionadas ao Departamento de Recursos Humanos – simulação de pagamento de salários e férias, treinamentos, recrutamento e seleção, benefícios, entre outras –, tornando-as mais acessíveis aos Colaboradores;

Empréstimo: Por meio de convênio assinado com a BV Financeira, a RGE passou a oferecer aos seus Colaboradores o crédito pessoal consignado com desconto em folha;

Programa de Orientação Nutricional: Coordenado pelo Departamento de Recursos Humanos, trata-se do diagnóstico nutricional, da identificação de metas terapêuticas e da definição de intervenções apropriadas a cada Colaborador. Esse programa é realizado em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a consultoria MVNutri;

Programa de Gerenciamento do Estresse: Começou a ser desenvolvido em 2004, com o objetivo de orientar os colaboradores e a Empresa quanto aos cuidados com a saúde e a qualidade de vida. O programa consiste na identificação dos fatores desencadeadores do estresse no ambiente de trabalho e no desenvolvimento de estratégias para gerenciá-los;

Apoio ao Centro de Queimados: A RGE buscou parcerias para viabilizar o projeto do Centro de Queimados do Hospital Mãe de Deus, em Porto Alegre, resultando no co-patrocínio de outras empresas. O apoio ao Centro de Queimados surgiu com a necessidade de priorizar e qualificar o atendimento aos seus Colaboradores, desde o afastamento do risco de vida até a reintegração do acidentado. O Centro de Queimados deverá ser inaugurado no primeiro semestre de 2005 e também atenderá a comunidade, pelo Sistema Único de Saúde (SUS);

Pesquisa de Clima: Realizada em agosto e setembro de 2004, a Pesquisa de Clima obteve 76,0% de adesão dos Colaboradores e Gestores da RGE. A partir das respostas obtidas nos questionários, um plano de ação foi desenvolvido e sua implementação se iniciou no mês de dezembro.

Desenvolvimento Cultural e Social

A RGE patrocinou importantes eventos regionais, além de projetos sociais e culturais, durante o ano de 2004:

Museu Iberê Camargo: A Empresa assinou o contrato de patrocínio para a construção de um espaço cultural que abrigará um acervo de mais de 4 mil trabalhos do artista plástico gaúcho Iberê Camargo, além do centro de documentação, auditório e ateliês, em Porto Alegre. As obras do museu deverão terminar no segundo semestre de 2005.

Festival de Cinema de Gramado: A RGE esteve, mais uma vez, entre as principais patrocinadoras do Festival de Cinema de Gramado. Na ocasião, também foram lançados o site do RodaCineRGE e a 3ª Edição do Prêmio RGE/Governo RS de Cinema.

Prêmio RGE/Governo RS de Cinema: Em 2004, a Empresa lançou o edital da Terceira Edição do Prêmio RGE/Governo RS de Cinema, concurso pelo qual a RGE apóia a produção de filmes gaúchos. Serão selecionados três projetos de longa-metragem e cada um receberá R\$ 1.500 mil, através da Lei de Incentivo à Cultura do RS e da Lei Federal do Audiovisual. Trata-se do maior incentivo já concedido na história do setor audiovisual brasileiro.

RodaCineRGE: Em sua terceira edição, o projeto RodaCineRGE percorreu 90 cidades gaúchas, atingindo um público de mais de 60 mil pessoas em 120 sessões, ao longo de 2004. O projeto tem o objetivo de levar o cinema nacional para as localidades que não contam com salas de exibição.

Fenasoja 2004: A RGE patrocinou a 15ª Feira Nacional da Soja (Fenasoja), de Santa Rosa, e participou do evento com um estande para atendimento aos clientes, com dicas de segurança e informações sobre os serviços da Empresa.

Festa da Uva 2004: Pela quarta vez consecutiva, a Empresa apoiou a Festa da Uva, que leva milhares de turistas à cidade de Caxias do Sul. Na oportunidade, houve uma coletiva de imprensa para a apresentação dos resultados do projeto RGE, Unicef e Você – Amigos da Criança, com a

participação do humorista Renato Aragão, que é embaixador do Unicef no Brasil. O artista também esteve com os filhos de Colaboradores, nas dependências da RGE em Caxias do Sul.

Natal Luz 2004: Principal patrocinadora do Natal Luz de Gramado, que é reconhecido como a maior festa natalina do país, a RGE levou um grupo de Colaboradores para participar da 19ª edição do evento, no final de semana que antecedeu o Natal.

Família Brasileira Fortalecida: No Rio Grande do Sul, a RGE foi parceira do Unicef no projeto Família Brasileira Fortalecida. Trata-se de um kit composto por cinco álbuns didáticos que abordam desde o pré-natal até o sexto ano de vida da criança, para uso de agentes de saúde, educadores e líderes comunitários. O objetivo é de capacitar as famílias para cuidarem melhor das mulheres grávidas e das crianças. O kit recebeu recursos do projeto RGE, Unicef e Você – Amigos da Criança.

Erico Verissimo e Mario Quintana: A RGE foi patrocinadora dos livros *O Rio Grande de Erico Verissimo*, do fotógrafo Leonid Streliaev, e *A Porto Alegre de Mario Quintana*, da fotógrafa Liane Neves. As publicações marcam as comemorações dos cem anos de nascimento dos escritores.

Ao longo do ano a RGE obteve 771 matérias positivas e neutras veiculadas nos meios de comunicação. Em relação a 2003, houve um aumento de 98,6% no número de matérias positivas publicadas – foram 429 em 2004 contra 216 no ano anterior. Esse aumento decorre principalmente de notícias referentes aos projetos Prêmio RGE/Governo RS de Cinema, RodaCineRGE, Campanhas de Meio Ambiente e obras de melhoria realizadas pela Empresa.

Meio Ambiente

Em 2004, a RGE reforçou seu compromisso com o meio ambiente, com o lançamento da 2ª etapa da Campanha Árvores Nobres e da 3ª etapa da Campanha de Repovoamento da Araucária, ambas em parceria com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema). Ao longo do ano, a Empresa distribuiu 8 toneladas de sementes de araucária e 20 mil cartilhas informativas para a comunidade da Serra gaúcha, por meio de suas Bases Operacionais e das agências da Sema. Também foram distribuídas 20 mil mudas de cinco espécies consideradas árvores nobres: Louro, Grápia, Cedro, Caroba e Canjerana, devido à sua importância para o equilíbrio ecológico e à utilização na indústria, e 10 mil cartilhas informativas aos clientes das regiões Noroeste e Missões do Estado. As campanhas fazem parte do Programa de Gestão Ambiental da RGE.

Em setembro, a RGE recebeu o Selo de Compensação Ambiental, entregue pela Sema às empresas que aplicam recursos em unidades de conservação, atendendo a uma das condições para o licenciamento ambiental.

Nas ações ambientais realizadas pela RGE no ano de 2004 foram investidos R\$ 302 mil.

PREMIAÇÕES E CERTIFICAÇÕES

A qualidade dos serviços de distribuição de energia elétrica e do atendimento ao cliente proporcionou à RGE o reconhecimento de diversas entidades, através de importantes prêmios e certificações nacionais e regionais.

- **Prêmio Abradee 2004**, na categoria *Melhor Empresa do Brasil na Avaliação do Cliente*. Pela segunda vez consecutiva, a qualidade dos serviços da RGE foi reconhecida pelo cliente, por meio deste prêmio concedido pela Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee), com base na Pesquisa de Satisfação do Cliente realizada pelo Instituto Vox Populi. Entre os índices que posicionam a Empresa como *benchmark* do setor elétrico nacional, destacam-se o fornecimento sem interrupção, o fornecimento sem variação de voltagem, a rapidez na volta da energia, a rapidez no atendimento e a conta de luz, além dos atributos de honestidade e confiabilidade;
- **Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (IASC)**, medido pela Agência Nacional de Energia Elétrica com base em uma pesquisa de satisfação realizada anualmente, junto ao consumidor residencial, para verificar o seu grau de satisfação em relação aos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica. Em 2004, a RGE obteve o melhor IASC do Rio Grande do Sul;
- **Prêmio Aberje Sul 2004** nas categorias *Relacionamento com o Investidor*, com o Relatório Anual 2003, e *Vídeo de Comunicação Externa*, com o Vídeo Institucional apresentado na audiência pública do processo de Revisão Tarifária em 2003. O prêmio é da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje) à empresas que tratam da comunicação dentro de uma visão estratégica;
- **Manutenção das Certificações Internacionais ISO 9001:2000 e OHSAS 18001:2000** como forma de garantir o processo de melhoria contínua nos serviços de distribuição de energia elétrica e segurança e saúde ocupacional;
- **Prêmio Top Consumidor 2004**, conferido pela Revista Consumidor/Teste, Associação dos Direitos do Consumidor (Proconsumer) e Instituto Nacional de Educação do Consumidor e do Cidadão (INEC);
- **Prêmio José Lewgoy do Cinema Gaúcho** concedido pela Secretaria de Estado da Cultura, por meio do Instituto Estadual de Cinema, pelo apoio à produção cinematográfica do Rio Grande do Sul;
- **O Ligue-se na Vida** – Programa de Prevenção ao uso do Alcool e outras Drogas recebeu a certificação do Sesi-RS e do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime, pelo cumprimento de todas as etapas de implantação do programa. O Ligue-se na Vida compõe-se de uma série de atividades preventivas e de valorização da vida realizadas junto aos Colaboradores.

CONCLUSÃO

Os resultados e as conquistas obtidas pela RGE ao longo de 2004 devem-se à atuação dedicada e profissional de seus Colaboradores e Fornecedores, à participação imprescindível de seus Acionistas e ao apoio dos Clientes. Cabe destaque também ao acompanhamento do Poder Concedente, através da Agência Nacional de Energia Elétrica e da Agência Regulatória dos Serviços Delegados do Estado do Rio Grande do Sul, sempre orientado na melhoria contínua da qualidade da prestação do Serviço Público. Foi mais um ano de intensas atividades, de obstáculos superados e de progresso para a Empresa, o que nos deixa convictos de que 2005 será um ano de muitos avanços, sempre com a responsabilidade e o comprometimento de todos os envolvidos.

A ADMINISTRAÇÃO

RIO GRANDE ENERGIA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Ativo				
Circulante				
Numerário disponível	23.223	22.134	23.227	22.165
Aplicações financeiras	5.663	9.449	5.663	9.449
Consumidores e revendedores	307.881	286.232	307.881	286.232
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.401)	(22.458)	(10.401)	(22.458)
Serviços em curso	6.023	8.722	6.023	8.722
Tributos a compensar	33.934	7.912	36.808	9.942
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.544	9.702	17.544	9.702
Estoque	4.376	3.613	4.376	3.613
Diferimento de custos tarifários	67.686	79.762	67.686	79.762
Despesas pagas antecipadamente	3.676	1.092	5.836	3.434
Outros créditos	21.748	23.680	21.748	23.680
	481.353	429.840	486.391	434.243
Realizável a longo prazo				
Aplicações financeiras	5.024	5.149	5.024	5.149
Consumidores	24.263	23.132	24.263	23.132
Tributos a compensar	6.160	5.157	6.160	5.157
Imposto de renda e contribuição social diferidos	42.538	73.940	42.538	73.940
Depósitos judiciais	16.531	10.332	16.531	10.332
Diferimento de custos tarifários	54.331	68.886	54.331	68.886
Despesas pagas antecipadamente	1.225	1.247	1.225	2.326
Outros créditos	4.873	4.552	4.873	4.552
	154.945	192.395	154.945	193.474
Permanente				
Investimentos	940	940	940	940
Imobilizado	1.612.495	1.613.678	1.612.495	1.613.678
Diferido	21.628	21.583	21.628	31.064
	1.635.063	1.636.201	1.635.063	1.645.682
Total do ativo	2.271.361	2.258.436	2.276.399	2.273.399

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RIO GRANDE ENERGIA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	125.717	130.714	125.717	130.714
Folha de pagamento	1.193	1.027	1.193	1.027
Empréstimos e financiamentos	148.053	182.882	331.431	329.685
Taxas regulamentares	11.219	6.564	11.219	6.564
Contas a pagar de aposentadorias incentivadas	6.555	6.695	6.555	6.695
Tributos e contribuições sociais	75.282	30.141	75.282	30.141
Dividendos	46.752	211.301	46.752	211.301
Obrigações estimadas	6.199	6.041	6.199	6.041
Débito com partes relacionadas	-	139.564	-	-
Diferimento de ganhos tarifários	12.053	7.034	12.053	7.034
Outras contas a pagar	16.439	14.056	16.439	14.146
	449.462	736.019	632.840	743.348
Exigível a longo prazo				
Empréstimos e financiamentos	325.004	197.580	325.004	365.278
Contas a pagar de aposentadorias incentivadas	17.551	19.731	17.551	19.731
Provisões para contingências	37.411	29.034	40.662	32.262
Provisões para passivo a descoberto da controlada	181.591	163.291	-	-
Diferimento de ganhos tarifários	6.981	11.537	6.981	11.537
Imposto de renda e contribuição social diferidos	139.772	131.061	139.772	131.061
Outras contas a pagar	6.459	7.354	6.459	7.353
	714.769	559.588	536.429	567.222
Patrimônio líquido				
Capital social	784.430	784.430	784.430	784.430
Reservas de capital	69.673	132.298	69.673	132.298
Reservas de reavaliação	251.970	268.921	251.970	268.921
Reservas de lucros	1.538	-	1.538	-
Lucros (prejuízos) acumulados	-	(222.339)	-	(222.339)
Ações em tesouraria	(481)	(481)	(481)	(481)
	1.107.130	962.829	1.107.130	962.829
Total do passivo	2.271.361	2.258.436	2.276.399	2.273.399

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RIO GRANDE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003

(Em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) líquido por ação)

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Receita operacional				
Fornecimento de energia elétrica	1.862.796	1.552.642	1.862.796	1.552.642
Suprimento de energia elétrica	27.157	22.333	27.157	22.333
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	893	619	893	619
Outras receitas operacionais	17.918	15.506	17.918	15.506
	1.908.764	1.591.100	1.908.764	1.591.100
Deduções da receita operacional				
ICMS	(358.132)	(299.186)	(358.132)	(299.186)
PIS	(25.007)	(25.606)	(25.007)	(25.606)
COFINS	(117.113)	(46.556)	(117.113)	(46.556)
Reserva global de reversão	(9.941)	(11.409)	(9.941)	(11.409)
Encargo de capacidade emergencial	(42.122)	(39.222)	(42.122)	(39.222)
	(552.315)	(421.979)	(552.315)	(421.979)
Receita operacional líquida	1.356.449	1.169.121	1.356.449	1.169.121
Custo do serviço de energia elétrica				
Custo com energia elétrica				
Energia elétrica comprada para revenda	(692.883)	(592.883)	(692.883)	(592.883)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(129.487)	(75.293)	(129.487)	(75.293)
	(822.370)	(668.176)	(822.370)	(668.176)
Custo de operação				
Pessoal	(22.868)	(24.443)	(22.868)	(24.443)
Entidade de previdência privada	(788)	(627)	(788)	(627)
Material	(7.320)	(6.519)	(7.320)	(6.519)
Serviços de terceiros	(15.503)	(13.646)	(15.503)	(13.646)
Depreciação e amortização	(43.057)	(47.141)	(43.057)	(47.141)
Conta consumo de combustível - CCC	(56.590)	(52.610)	(56.590)	(52.610)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(30.846)	(14.202)	(30.846)	(14.202)
Outros custos de operação	(6.009)	(4.305)	(6.009)	(4.305)
	(182.981)	(163.493)	(182.981)	(163.493)
Custo de serviço prestado a terceiro				
Depreciação e amortização	(461)	(379)	(461)	(379)
Custos com manutenção	(312)	(257)	(312)	(257)
	(773)	(636)	(773)	(636)
Lucro operacional bruto	350.325	336.816	350.325	336.816
Despesas operacionais				
Despesas com vendas	(51.734)	(42.194)	(51.734)	(42.194)
Despesas gerais e administrativas	(68.910)	(53.871)	(68.937)	(53.872)
Amortização de ágio	(15.779)	(112.027)	(15.779)	(112.027)
	(136.423)	(208.092)	(136.450)	(208.093)
Resultado do serviço	213.902	128.724	213.875	128.723
Resultado de participações societárias	(36.138)	(49.671)	-	-
Receita (despesa) financeira				
Receita	36.895	29.352	36.895	29.352
Despesa	(99.963)	(136.176)	(136.074)	(185.846)
	(63.068)	(106.824)	(99.179)	(156.494)
Resultado operacional	114.696	(27.771)	114.696	(27.771)
Receita não operacional	1.457	668	1.457	668
Despesa não operacional	(14.634)	(6.981)	(14.634)	(6.981)
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social e imposto de renda	101.519	(34.084)	101.519	(34.084)
Contribuição social	(18.945)	2.892	(18.945)	2.892
Imposto de renda	(51.822)	8.034	(51.822)	8.034
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	30.752	(23.158)	30.752	(23.158)
Lucro (prejuízo) líquido por ação - R\$	0,04	(0,03)	0,04	(0,03)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RIO GRANDE ENERGIA S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA E DO CONSOLIDADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003**

(Em milhares de reais)

	Reservas de capital				Reservas de reavaliação	Reservas de lucros		Ações em tesouraria	Total
	Capital social	Ágio na subscrição de ações	Remuneração dos bens e direitos do capital próprio	Subvenção para investimentos		Reserva legal	Lucros (prejuízos) acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2002	784.430	125.161	6.916	221	-	-	(215.620)	(481)	700.627
Constituição da reserva de reavaliação	-	-	-	-	416.421	-	-	-	416.421
Impostos diferidos sobre a reavaliação	-	-	-	-	(136.648)	-	-	-	(136.648)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	(10.852)	-	10.852	-	-
Realização dos impostos diferidos sobre a reavaliação	-	-	-	-	-	-	5.587	-	5.587
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(23.158)	-	(23.158)
Saldos em 31 de dezembro de 2003	784.430	125.161	6.916	221	268.921	-	(222.339)	(481)	962.829
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	30.752	-	30.752
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	(16.951)	-	16.951	-	-
Renúncia dos acionistas preferencialistas aos dividendos fixos	-	18.000	-	-	-	-	-	-	18.000
Capitalização de parte dos dividendos fixos	-	141.714	-	-	-	-	-	-	141.714
Absorção do saldo de prejuízo acumulado de 2003	-	(222.339)	-	-	-	-	222.339	-	-
Destinação do lucro do exercício:									
Reserva legal	-	-	-	-	-	1.538	(1.538)	-	-
Dividendos:									
Ações preferenciais (por grupo de mil ações - R\$ 64,33)							(9.310)		(9.310)
Ações ordinárias (por grupo de mil ações - R\$ 58,48)							(36.855)		(36.855)
Saldos em 31 de dezembro de 2004	784.430	62.536	6.916	221	251.970	1.538	-	(481)	1.107.130

O valor patrimonial da ação, por grupo de mil, em 31 de dezembro de 2004 é de R\$ 1.427,77 (R\$ 1.241,68 em 31 de dezembro de 2003).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RIO GRANDE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
ORIGENS DE RECURSOS				
Das operações				
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	30.752	(23.158)	30.752	(23.158)
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido				
Depreciação e amortização	56.317	57.523	56.317	57.523
Crédito de PIS e COFINS sobre depreciação e amortização	3.002	1.129	3.002	1.129
Amortização de ágio	15.779	112.027	15.779	112.027
Constituição de provisão para contingências	7.343	2.413	7.398	3.808
Juros, variações monetárias e cambiais de longo prazo	11.833	62.089	28.370	42.823
Amortização da variação cambial diferida em 2001	-	-	9.481	18.100
Resultado de participações societárias	36.138	49.671	-	-
Baixas no ativo permanente	16.317	6.748	16.317	6.748
Imposto de renda e contribuição social diferidos	48.833	(10.926)	48.833	(10.926)
	226.314	257.516	216.249	208.074
Dos acionistas				
Renúncia dos acionistas preferencialistas aos dividendos fixos	18.000	-	18.000	-
Capitalização de parte dos dividendos fixos	141.714	-	141.714	-
	159.714	-	159.714	-
De terceiros				
Empréstimos e financiamentos obtidos	240.374	88.885	240.374	88.885
Contribuição e doação do consumidor	9.697	9.013	9.697	9.013
Conta de compensação de variação dos custos da parcela "A"	4.039	13.738	4.039	13.738
Outras adições do exigível a longo prazo	5.857	9.514	10.101	9.514
Realizável a longo prazo transferido para o circulante	61.485	73.759	62.638	73.759
	321.452	194.909	326.849	194.909
Total das origens	707.480	452.425	702.812	402.983
APLICAÇÕES DE RECURSOS				
No realizável a longo prazo	55.438	107.549	55.511	108.628
No exigível a longo prazo	21.493	17.205	21.524	169.972
No investimento	17.838	-	-	-
No imobilizado	98.022	62.432	98.022	62.432
No diferido	1.952	4.027	1.952	4.027
Exigível a longo prazo transferido para o circulante	128.502	240.354	316.982	70.368
Pagamento de mútuos com partes relacionadas	-	158.765	-	-
Dividendos provisionados	46.165	-	46.165	-
Total das aplicações	369.410	590.332	540.156	415.427
Aumento (redução) capital circulante líquido	338.070	(137.907)	162.656	(12.444)
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO				
Ativo circulante:				
No início do exercício	429.840	403.626	434.243	405.114
No fim do exercício	481.353	429.840	486.391	434.243
Aumento	51.513	26.214	52.148	29.129
Passivo circulante:				
No início do exercício	736.019	571.898	743.348	701.775
No fim do exercício	449.462	736.019	632.840	743.348
Aumento (redução)	(286.557)	164.121	(110.508)	41.573
Aumento (redução) capital circulante líquido	338.070	(137.907)	162.656	(12.444)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RIO GRANDE ENERGIA S.A. E CONTROLADA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003
(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por ação e valor patrimonial da ação)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Rio Grande Energia S.A., sociedade anônima de capital aberto, é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, autorizada a operar nas Regiões Norte e Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, tendo sido constituída em 28 de julho de 1997, sob a denominação de Companhia Norte-Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica – CNNDEE, privatizada em 21 de outubro de 1997 e sua razão social foi alterada para Rio Grande Energia S.A. naquele ano.

O objetivo social da Companhia é realizar estudos, projetos, construções e operações de usinas produtoras e linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica e desenvolver atividades associadas à prestação de serviços de energia elétrica. Atualmente, as operações da Companhia se concentram na exploração da concessão de distribuição de energia elétrica.

2 DA CONCESSÃO

Em 6 de novembro de 1997, a Companhia e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, assinaram o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 13/97, o qual regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, com tecnologia adequada e métodos que garantam a prestação do serviço, na sua área de concessão. O prazo de duração da concessão é de 30 anos, a partir da data da assinatura do contrato.

3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras e as notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais e são elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, com as normas específicas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e normas aplicáveis às concessionárias do serviço público de energia elétrica estabelecidas pelo Poder Concedente, representado, atualmente, pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, consoante as principais práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 4.

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo, através da Resolução nº 444, de 26 de outubro de 2001, o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, o qual contém o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas e financeiras, resultando em importantes alterações na forma de divulgação e apresentação.

4 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Práticas contábeis específicas

Registro das operações de compra e venda de energia no Mercado Atacadista de Energia – MAE – as compras (custo da energia comprada) e as vendas (receitas de suprimento) estão reconhecidas pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas pelo Mercado Atacadista de Energia – MAE.

Conta de compensação de variação de itens dos custos não-gerenciáveis (parcela “A”) – CVA – está representada pela parcela de variação dos custos com a distribuição de energia elétrica definidos pela ANEEL como não-gerenciáveis e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia. Essas parcelas são atualizadas com base na taxa de juros SELIC até a data do balanço e apropriadas ao resultado consoante o faturamento realizado a partir do reajuste tarifário repassado aos consumidores.

Encargos financeiros e efeitos inflacionários – em função do disposto nas Diretrizes Gerais e Contábeis, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e Instrução CVM, os juros e demais encargos financeiros, incluindo efeitos inflacionários e cambiais do exercício, relativamente aos financiamentos obtidos de terceiros, para a aplicação no imobilizado em curso, foram transferidos do resultado para custo desse ativo.

Custos indiretos de obras em andamento – mensalmente, parte dos gastos da Administração Central é apropriada às imobilizações em curso, mediante rateio dos gastos diretos com pessoal e mão-de-obra de terceiros, e registrada nas obras em curso.

b) Práticas contábeis gerais

Aplicações financeiras – incluem aplicações financeiras de renda fixa que são registradas ao custo, acrescido dos respectivos rendimentos auferidos até a data do balanço e reduzido ao valor de mercado, se necessário.

Consumidores e revendedores – as contas a receber incluem os valores faturados e a receita referente à energia fornecida e não faturada.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa – está constituída em valor considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir as perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos.

Estoques – são avaliados e registrados ao custo histórico médio de aquisição. Os materiais destinados à construção são classificados como imobilizações em curso.

Investimentos – estão registrados pelo custo de aquisição e, quando aplicável, ajustados ao valor de mercado. O investimento em controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial. O valor correspondente ao passivo a descoberto da controlada está registrado no exigível a longo prazo como Provisão para passivo a descoberto da controlada.

Imobilizado – os bens adquiridos até 31 de março de 2003 estão registrados pelo valor de mercado, com base em laudo emitido por perito independente, e os adquiridos a partir desta data estão registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear, com base em taxas que refletem a vida econômica útil dos bens (vide nota explicativa nº 11.b).

Diferido – é composto de gastos com implantação de sistemas, os quais estão sendo amortizados no prazo de 10 anos e a variação cambial diferida de obrigações e créditos, de acordo com a Medida Provisória nº 03, de 26 de setembro de 2001 e Deliberações CVM nºs 404 e 409, de 27 de setembro de 2001 e 1º de novembro de 2001, respectivamente.

Empréstimos e financiamentos – são atualizados pelas variações monetárias e cambiais incorridas até a data do balanço, incluindo juros e demais encargos previstos contratualmente.

Contas a pagar de aposentadorias incentivadas – a Companhia é co-patrocinadora de uma fundação de previdência privada conforme detalhado na nota explicativa nº 16, sendo responsável pela complementação de aposentadoria do tipo benefício definido. Dessa forma, a Companhia provisionou os valores, decorrentes de cálculo atuarial, dos compromissos futuros relativos às complementações salariais a serem pagas aos participantes ou repassados a fundação. Adicionalmente, a Companhia procedeu, através de empresa atuarial independente, a avaliação desse benefício de acordo com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, optando pelo reconhecimento do passivo atuarial no resultado ao longo dos exercícios de 2002 a 2006, ou pelo tempo de serviço ou de vida remanescente dos empregados se estes forem menores.

Contribuição social e imposto de renda – estão calculados conforme normas estabelecidas para as empresas cuja apuração têm como base o Lucro Real. A Companhia constitui créditos fiscais sobre a base negativa de contribuição social, prejuízos fiscais e provisões temporariamente não dedutíveis e débitos fiscais sobre as diferenças temporárias passivas.

Lucro (prejuízo) por ação – está determinado considerando-se a quantidade de ações em circulação na data do balanço.

c) Práticas contábeis para consolidação

Os principais procedimentos de consolidação consideram:

- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas controladora e controlada, assim como as receitas e despesas das transações entre estas; e,
- eliminação da participação no capital e prejuízo do exercício da empresa controlada.

A descrição e informações da empresa controlada encontram-se na nota explicativa nº 10.

5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Taxa média (% do CDI)</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>	
		<u>2004</u>	<u>2003</u>
<u>Curto prazo</u>			
CDB - DI e LFT	100,0%	-	1.104
CDB - DI	99,5%	4.336	1.709
Debêntures	102,0%	-	5.328
Fundos de investimento	103,7%	1.327	1.308
Total de curto prazo		5.663	9.449
<u>Longo prazo</u>			
CDB - com swap cambial	100,0%	4.677	5.149
Fundos de investimento	104,3%	347	-
Total de longo prazo		5.024	5.149
Total curto e longo prazo		10.687	14.598

CDB-DI - Certificado de Depósito Bancário - Depósito Interfinanceiro

LFT - Letras Financeiras do Tesouro

CDI - Certificado de Depósito Interfinanceiro

6 CONSUMIDORES E REVENDEDORES

	Saldo				Provisão para devedores duvidosos		Saldo líquido		
	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais 90 dias	Total 2004	Total 2003	2004	2003	2004	2003
Curto prazo									
Consumidores									
Residencial	38.727	15.742	6.312	60.781	61.790	(2.569)	(10.692)	58.212	51.098
Industrial	28.839	10.401	15.938	55.178	46.847	(3.053)	(4.020)	52.125	42.827
Comercial e serviços	19.680	6.910	11.541	38.131	34.934	(4.761)	(7.542)	33.370	27.392
Rural	8.938	1.449	663	11.050	9.562	(18)	(204)	11.032	9.358
Poder público	7.220	4.396	2.427	14.043	14.456	-	-	14.043	14.456
Iluminação pública	11.668	4.550	29.114	45.332	38.521	-	-	45.332	38.521
Serviço público	4.899	130	433	5.462	5.051	-	-	5.462	5.051
Fornecimento não faturado	53.517	-	-	53.517	48.883	-	-	53.517	48.883
Subtotal	173.488	43.578	66.428	283.494	260.044	(10.401)	(22.458)	273.093	237.586
Revendedores	4.708	-	-	4.708	6.897	-	-	4.708	6.897
AES Uruguaiana	16.774	-	-	16.774	16.774	-	-	16.774	16.774
Comercialização no MAE (*)	-	-	-	-	70	-	-	-	70
Energia livre	2.905	-	-	2.905	2.447	-	-	2.905	2.447
Total	197.875	43.578	66.428	307.881	286.232	(10.401)	(22.458)	297.480	263.774
Longo prazo									
Consumidores									
Residencial	1.258	-	-	1.258	625	-	-	1.258	625
Industrial	1.659	-	-	1.659	1.163	-	-	1.659	1.163
Comercial e serviços	1.763	-	-	1.763	1.332	-	-	1.763	1.332
Rural	48	-	-	48	50	-	-	48	50
Poder público	2.534	-	-	2.534	-	-	-	2.534	-
Iluminação pública	13.399	-	-	13.399	13.157	-	-	13.399	13.157
Subtotal	20.661	-	-	20.661	16.327	-	-	20.661	16.327
Energia livre	3.602	-	-	3.602	6.805	-	-	3.602	6.805
Total	24.263	-	-	24.263	23.132	-	-	24.263	23.132

* Vide nota explicativa nº. 28.

Créditos vencidos

- Consumidores residenciais, industriais, rurais, comerciais, serviços e outras atividades - para esses tipos de consumidores o saldo dos créditos em atraso é composto por diversos consumidores com valores individuais pequenos, sendo que o procedimento adotado pela Companhia é de após aproximadamente 45 dias da conta em atraso interromper o fornecimento de energia. O mesmo somente é restabelecido após a quitação dos valores em atraso.
- Poder público, iluminação pública e serviço público - para esses tipos de consumidores os créditos em atraso estão concentrados em 15 prefeituras de grandes cidades, no montante de R\$ 35.383 correspondentes a 86,2% do saldo vencido. Para os saldos a receber em atraso a Companhia vem implementando renegociações e/ou parcelamentos, sempre condicionados aos recebimentos dos débitos vincendos. Devido à natureza destes consumidores, a Administração acredita que não haverá perdas significativas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

Durante o ano de 2004, objetivando o controle dos níveis de inadimplência, foi implementado na Companhia o Departamento de Cobrança e Gestão de Perdas Comerciais, que neste mesmo ano, realizou um aperfeiçoamento da avaliação técnica sobre as contas a receber vencidas da empresa, bem como do processo de cobrança.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os seguintes principais critérios:

- para os casos de créditos relevantes, ou com características similares, foram realizadas análises, considerando os prazos de vencimento, histórico de perdas, experiência da administração, existência de garantias reais, renegociação dos créditos e devedores em situação de concordata ou falência;
- para os demais créditos foi constituída provisão para cada classe de consumidor, de acordo com os prazos determinados no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, cujo montante é suficiente para cobrir eventuais perdas.

Movimentação da provisão para devedores duvidosos:

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Saldo inicial	22.458	11.881
Provisão constituída	10.762	10.577
Baixas ocorridas no exercício	(22.819)	-
Saldo final	<u>10.401</u>	<u>22.458</u>

AES Uruguaiana

Os valores a receber da AES Uruguaiana, referem-se a contratos de fornecimento de energia elétrica, os quais estão em negociação entre as partes. Os montantes registrados pela Companhia representam a melhor estimativa de realização.

Acordo de reembolso de energia livre (Impacto decorrente do Acordo Geral do Setor Elétrico)

A Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou que a parcela das despesas com a compra de energia no âmbito do MAE, denominada como Energia Livre, realizadas até dezembro de 2002, decorrentes da redução da geração de energia elétrica nas usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e consideradas nos denominados contratos iniciais e equivalentes, fossem repassadas aos consumidores finais, de forma proporcional ao consumo individual verificado. A ANEEL homologou o montante relativo à compra de energia no âmbito do MAE a ser repassado para os consumidores. Porém, como quem arrecada não é quem faz jus à parcela de Energia Livre, foi elaborado, no âmbito do Acordo Geral do Setor Elétrico, o Acordo de Reembolso de Energia Livre, onde ficaram estabelecidos os compromissos de repasse da referida parcela para os seus credores.

7 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Representam os créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis, prejuízos fiscais e sobre a base negativa da contribuição social, controlados na Parte "B" do LALUR, como segue:

a) Apuração da contribuição social e do imposto de renda para os exercícios de 2004 e 2003:

	2004		2003	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Resultado antes da contribuição social e do imposto de renda	101.519	101.519	(34.084)	(34.084)
Resultado da equivalência patrimonial	36.138	36.138	49.671	49.671
Atualização financeira da CVA (vide nota explicativa nº 8)	48.014	48.014	(41.358)	(41.358)
Diferenças permanentes - líquidas	24.830	24.733	(6.364)	(6.364)
Resultado tributável	<u>210.501</u>	<u>210.404</u>	<u>(32.135)</u>	<u>(32.135)</u>
Contribuição social (alíquota de 9,0%)	<u>(18.945)</u>	-	2.892	-
Imposto de renda (alíquota de 25,0%)	-	(52.577)	-	8.034
(-) Programa alimentação do trabalhador - PAT	-	322	-	-
(-) Incentivo Fiscal a Cultura - Lei Rouanet	-	433	-	-
Imposto de renda líquido das deduções	-	<u>(51.822)</u>	-	8.034
(Despesa) receita de contribuição social e imposto de renda	<u>(18.945)</u>	<u>(51.822)</u>	<u>2.892</u>	<u>8.034</u>

Atualização financeira da CVA

A partir do exercício de 2004, a atualização da CVA pela SELIC passou a ser tratada como diferença temporária para fins tributários, condicionada a realização da receita.

b) Apuração da contribuição social e do imposto de renda diferidos em 31 de dezembro de 2004 e 2003:

<u>Ativo Fiscal</u>	<u>2004</u>	<u>2003</u>
<u>Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social</u>		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	101.714	167.304
Alíquota aplicável (contribuição social e imposto de renda)	34,0%	34,0%
Crédito fiscal sobre prejuízo fiscal e base negativa	34.583	56.883
<u>Diferenças temporárias</u>		
Contas a pagar de aposentadorias incentivadas	24.106	26.427
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.401	22.458
Provisão para contingências	30.052	20.990
Provisão para outras contas a pagar	10.437	8.827
Base de cálculo dos créditos fiscais diferidos	74.996	78.702
Alíquota aplicável (contribuição social e imposto de renda)	34,0%	34,0%
Crédito fiscal sobre diferenças temporárias	25.499	26.759
Total do crédito fiscal	60.082	83.642
Curto prazo	17.544	9.702
Longo prazo	42.538	73.940
Total do crédito fiscal	60.082	83.642
<u>Passivo Fiscal</u>	<u>2004</u>	<u>2003</u>
<u>Reavaliação</u>		
Reserva de reavaliação	416.421	416.421
Reavaliação dos terrenos	(14.520)	(14.514)
Realização da reavaliação	(42.076)	(16.433)
Base de cálculo dos débitos fiscais diferidos	359.825	385.474
Alíquota aplicável (contribuição social e imposto de renda)	34,0%	34,0%
Débito fiscal sobre a reavaliação	122.341	131.061
<u>Diferenças temporárias</u>		
Provisão Ativo Regulatório do PIS e COFINS	24.446	-
Atualização financeira da CVA (vide nota explicativa nº 8)	26.823	-
Base de cálculo dos débitos fiscais diferidos	51.269	-
Alíquota aplicável (contribuição social e imposto de renda)	34,0%	34,0%
Débito fiscal sobre diferenças temporárias	17.431	-
Total do débito fiscal	139.772	131.061

c) Estimativa de realização dos créditos fiscais:

	Estimativa de realização		Créditos a realizar	
	2004	2003	2004	2003
Exercício 2004	-	11,6%	-	9.702
Exercício 2005	29,2%	17,8%	17.544	14.888
Exercício 2006	35,4%	15,2%	21.269	12.714
Exercício 2007	35,4%	18,8%	21.269	15.725
Exercício 2008	-	24,6%	-	20.576
Exercício 2009	-	12,0%	-	10.037
Total	100,0%	100,0%	60.082	83.642

A estimativa de realização dos créditos fiscais demonstrados refere-se à Controladora, foi elaborada de acordo com as projeções orçamentárias realizadas segundo premissas do planejamento estratégico da Companhia, considerando, dentre outros, expectativas macroeconômicas, operacionais e de mercado, devidamente submetidas ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Tal estimativa sofreu relevante impacto em função da alteração na curva de amortização do ágio, a qual detalhamos na nota explicativa nº 11.f.

Para a Controlada Sul Geradora Participações S/A não foi contabilizado contribuição social e o imposto de renda diferidos sobre as provisões temporariamente não dedutíveis e prejuízos fiscais, controlados na Parte “B” do LALUR, e sobre a base negativa da contribuição social, no montante aproximado de R\$ 67.000 em 31 de dezembro de 2004 (aproximadamente R\$ 54.000 em 31 de dezembro de 2003).

8 DIFERIMENTO DE CUSTOS TARIFÁRIOS

	Controladora e Consolidado			
	Curto prazo		Longo prazo	
	2004	2003	2004	2003
Ativo				
Conta de compensação de variações de itens dos custos não-gerenciáveis				
Acordo geral do setor elétrico - parcela "A"				
Custos de energia para revenda	-	29.628	-	-
Conta de consumo de combustível - CCC	-	7.179	-	-
	-	36.807	-	-
Reajuste tarifário em 2004 - em compensação				
Custos de energia para revenda	35.705	33.531	13.329	50.037
Conta de desenvolvimento energético - CDE	4.138	2.575	894	5.151
Encargos de serviços de sistema - ESS	12.464	6.849	1.480	13.698
	52.307	42.955	15.703	68.886
Variação capturada para reajuste tarifário em 2005				
Custos de energia para revenda	6.293	-	9.639	-
Conta de consumo de combustível - CCC	6.369	-	3.184	-
Conta de desenvolvimento energético - CDE	881	-	441	-
Encargos de serviços de sistema - ESS	1.836	-	918	-
	15.379	-	14.182	-
Ativo regulatório				
PIS	-	-	5.776	-
COFINS	-	-	18.670	-
	-	-	24.446	-
Total	67.686	79.762	54.331	68.886

	Controladora e Consolidado			
	Curto prazo		Longo prazo	
	2004	2003	2004	2003
Passivo				
Conta de compensação de variações de itens dos custos não-gerenciáveis				
Acordo geral do setor elétrico - parcela "A"				
Reserva global de reversão - RGR	-	1.030	-	-
Encargos de conexão	-	235	-	-
	-	1.265	-	-
Reajuste tarifário em 2004 - em compensação				
Conta de consumo de combustível - CCC	4.669	5.769	3.289	11.537
	4.669	5.769	3.289	11.537
Variação capturada para reajuste tarifário em 2005				
Custos de energia para revenda	7.384	-	3.692	-
	7.384	-	3.692	-
Total	12.053	7.034	6.981	11.537

A partir de 26 de outubro de 2001, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL autorizou o registro, em conta de despesas pagas antecipadamente, dos custos incorridos considerados não-gerenciáveis (parcela “A”) que fazem parte do cálculo do índice de reajuste tarifário. Esses custos são registrados na “Conta de compensação de variação de itens da parcela “A” (CVA)”, sendo atualizados pela taxa de juros SELIC e apropriados ao resultado consoante o faturamento realizado a partir do reajuste tarifário.

Os valores apresentados no quadro acima estão classificados em três subcategorias para os itens da “Conta de compensação de variação de itens da parcela “A” (CVA) e ativo regulatório conforme segue:

Conta de compensação de variação de itens da parcela “A” (CVA)

a) Acordo geral do setor elétrico – parcela “A”

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estendeu o tratamento dado às variações dos custos não-gerenciáveis citados no parágrafo anterior para o período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001, sendo que estes custos foram repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica através do aumento tarifário extraordinário de 2,9% para os consumidores integrantes das classes residencial, rural e iluminação pública (exceto para os consumidores integrantes da subclasse baixa renda) e de 7,9% para os demais consumidores, sem prejuízo do reajuste tarifário anual previsto no contrato de concessão. A compensação desta conta iniciou em abril de 2003, sendo o saldo totalmente recuperado até julho de 2004 conforme demonstramos abaixo:

Valor homologado Resolução nº 482/02 e 01/04	54.317
Atualização acumulada	<u>27.876</u>
Total recuperado	<u><u>82.193</u></u>

b) Reajuste tarifário em 2004 – em compensação

Os repasses dos custos pagos a partir de 19 de março de 2002, que haviam sido adiados por doze meses, através da portaria interministerial nº 116, de 4 de abril de 2003, foram incluídos no reajuste tarifário de 19 de abril de 2004, e sua realização está ocorrendo a partir da referida data.

c) Variação capturada para reajuste tarifário em 2005

Os custos capturados a partir de 19 de março de 2004 estão previstos para repasse no reajuste tarifário que ocorrerá em abril de 2005.

Ativo regulatório

Em 21 de setembro de 2004, através do Ofício nº 1572/2004-SFF/SER/ANEEL, a Agência Nacional de Energia Elétrica manifestou o seguinte entendimento sobre os impactos tributários de PIS/COFINS decorrentes das Leis nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003:

- direito líquido e certo de repasse às tarifas da concessionária;
- esses valores serão reconhecidos pela ANEEL e repassados às tarifas, após regulamentação dos procedimentos para reconhecimento de tais impactos;
- esses valores devem ser atualizados monetariamente, e após validação da ANEEL, incorporadas às tarifas, com prazo ainda a ser definido, entretanto, estimado não ser superior a três anos.

Através do ofício Circular nº 302/2005-SFF/ANEEL de 25 de fevereiro de 2005, a ANEEL definiu a forma de contabilização do ativo regulatório, decorrente da majoração das alíquotas do PIS e da COFINS. O montante reconhecido como diferimento de custos tarifários foi de R\$ 24.446 para 2004.

9 OUTROS CRÉDITOS

	Controladora e Consolidado			
	Curto prazo		Longo prazo	
	2004	2003	2004	2003
Aluguéis a receber	2.331	5.561	-	-
Alienação de bens e direitos	1.525	1.488	-	-
Serviços prestados a terceiros	5.383	4.235	4.122	4.015
Adiantamento 13º salário, férias e outros	935	1.592	-	-
Enquadramento residencial baixa renda	3.426	4.609	-	-
Encargo de capacidade emergencial	5.726	5.150	-	-
Reserva global de reversão	1.817	656	-	-
Parte relacionada	-	-	660	467
Outros	605	389	91	70
Total	21.748	23.680	4.873	4.552

Enquadramento residencial baixa renda

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, ampliou a possibilidade de enquadramento dos consumidores da subclasse residencial baixa renda, beneficiando-os com uma redução tarifária, conforme regulamentado pelas Resoluções ANEEL nºs 246 e 485, de 30 de abril e 29 de agosto de 2002, respectivamente. Dessa forma ocorreu uma redução no faturamento anual da Companhia, que foi compensado pela contabilização de uma receita de igual valor, conforme determinado no Ofício Circular nº 155/2003-SFF/ANEEL, de 24 de janeiro de 2003. O saldo a receber será compensado através de subvenção econômica custeada por recursos financeiros oriundos do Governo Federal, conforme dispõe a Lei nº 10.604 de 17 de dezembro de 2002.

Encargo de capacidade emergencial

A Resolução ANEEL nº 249, de 06 de maio de 2002, estabeleceu os critérios e procedimentos para definição deste encargo, relativo a contratação de capacidade de geração ou potência pela Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE, os quais serão rateados pelos consumidores finais de energia elétrica de forma proporcional ao consumo individual verificado, não se aplicando ao consumidor residencial classificado como de baixa renda.

Reserva global de reversão (RGR)

É um fundo de reserva gerenciado pelo Governo Federal, conforme detalhado na nota explicativa nº 15, sendo este saldo a diferença entre o valor da quota anual fixada pela ANEEL e o valor devido com base nos investimentos efetivamente verificados. Após revisão da prestação anual de contas, pela ANEEL, estas diferenças serão compensadas com as próximas quotas anuais a serem fixadas.

10 INVESTIMENTOS

A controlada integral, Sul Geradora Participações S.A., constituída em 6 de abril de 2000, tem por objeto a participação no capital de outras sociedades e atividades de importação, exportação e comercialização de produtos agrícolas. A única operação realizada pela controlada refere-se à captação do empréstimo junto ao BankBoston mencionado na nota explicativa nº 14.

O investimento foi avaliado com base no valor do patrimônio líquido da controlada, como segue:

		Sul Geradora Participações S.A.	
		2004	2003
Quantidade de ações do capital social		18.001.000	1.000
Quantidade de ações de propriedade da Companhia		18.001.000	1.000
Percentual de participação		100,0%	100,0%
Aumento de capital	R\$	18.000	-
Capital a integralizar	R\$	(162)	-
Passivo a descoberto	R\$	(181.591)	(163.291)
Prejuízo líquido do exercício	R\$	(36.138)	(49.671)

		Efeitos na controladora	
		2004	2003
Passivo a descoberto - saldo inicial	R\$	(163.291)	(113.620)
Aumento de investimento na controlada	R\$	17.838	-
Resultado da equivalência patrimonial	R\$	(36.138)	(49.671)
Passivo a descoberto - saldo final	R\$	(181.591)	(163.291)

Em função da controlada, Sul Geradora Participações S.A., ter apurado prejuízos nos últimos exercícios, e por consequência apresentar passivo a descoberto, a controladora constituiu a correspondente provisão no passivo exigível a longo prazo.

Em 15 de setembro de 2004, o Conselho de Administração aprovou a transferência de recursos para a empresa Sul Geradora Participações S.A., no montante de R\$ 18.000 para aumento de capital. O aumento de capital em questão foi realizado mediante a utilização de recursos oriundos da renúncia ao recebimento de dividendos fixos declarados e não pagos, acumulados nos exercícios de 1998 a 2003, de titularidade dos acionistas preferencialistas, os quais deliberaram sobre esta matéria, em Assembléia Geral de Preferencialistas realizada em 4 de outubro de 2004.

11 IMOBILIZADO

a) Composição dos saldos:

	Controladora e Consolidado			2003
	2004			
	Custo histórico e reavaliado	Depreciação/amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em Serviço				
- Operação				
Intangíveis	24.137	(2.086)	22.051	21.677
Terrenos	15.868	-	15.868	15.887
Reservatório, barragem e adutora	412	(12)	400	407
Edificações, obras civis e benfeitorias	16.006	(446)	15.560	15.352
Máquinas e equipamentos	1.129.072	(84.985)	1.044.087	1.057.821
Veículos	9.569	(2.163)	7.406	7.520
Móveis e utensílios	1.091	(282)	809	942
	1.196.155	(89.974)	1.106.181	1.119.606
- Administração				
Intangíveis	21.459	(4.817)	16.642	12.266
Edificações, obras civis e benfeitorias	398	(15)	383	390
Máquinas e equipamentos	11.893	(3.523)	8.370	9.839
Veículos	386	(84)	302	331
Móveis e utensílios	480	(46)	434	435
	34.616	(8.485)	26.131	23.261
- Ágio na incorporação da controladora	1.120.266	(631.925)	488.341	504.120
	2.351.037	(730.384)	1.620.653	1.646.987
Em Curso				
- Operação			78.989	43.132
- Administração			1.072	2.081
			80.061	45.213
Total do Imobilizado			1.700.714	1.692.200
Obrigações vinculadas à concessão			(88.219)	(78.522)
Imobilizado líquido			1.612.495	1.613.678

b) Taxas de depreciação

A taxa de depreciação média dos ativos é de aproximadamente 3,1% ao ano para a atividade de operação e 10,8% ao ano para a atividade de administração.

c) Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores recebidos dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno e subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

A composição destas obrigações:

	2004	2003
Participação da União	2.736	-
Participação financeira do consumidor	82.568	75.607
Outros (doações)	2.915	2.915
Total	88.219	78.522

d) Dos bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo os mesmos serem retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

e) Reavaliação

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 31 de julho de 2003, foi aprovado o laudo de reavaliação dos bens do ativo imobilizado da Companhia, emitido pelo perito independente ADVANCED APPRAISAL Consultoria e Planejamento, na data base de 31 de março de 2003, de acordo com a legislação societária e normatização da CVM, bem como a contabilização no mês de junho de 2003, na conta de reserva de reavaliação no montante de R\$ 416.421. Adicionalmente, a Companhia constituiu provisão para contribuição social e imposto de renda diferidos sobre a totalidade da reavaliação, exceto sobre terrenos no montante de R\$ 136.648. Abaixo demonstramos o resumo da reavaliação:

Conta	Laudo	Residual	Reavaliação	Realização	Líquido
Intangíveis	35.511	15.725	19.786	(1.935)	17.851
Terrenos	16.266	1.746	14.520	(31)	14.489
Reservatório e barragens	413	42	371	(13)	358
Edificações obras civis	15.208	7.807	7.401	(278)	7.123
Máquinas e equipamentos	1.072.566	700.687	371.879	(39.265)	332.614
Veículos	8.560	4.236	4.324	(1.135)	3.189
Móveis e utensílios	1.273	3.133	(1.860)	550	(1.310)
Total	1.149.797	733.376	416.421	(42.107)	374.314

A reavaliação de intangíveis refere-se, exclusivamente, a servidões, que são faixas de terreno por onde o concessionário pode praticar todos os atos de construção, manutenção, conservação e inspeção das linhas de transmissão de energia elétrica, e estão classificados contabilmente como intangíveis, conforme determina o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, através da Resolução nº 444, de 26 de outubro de 2001.

f) **Ágio na incorporação da controladora**

O saldo do ágio contabilizado no ativo diferido até 31 de dezembro de 2003 decorrente da incorporação da sua controladora, DOC 3 Participações S.A., realizada em 13 de julho de 1998, fundamentado na expectativa de resultado futuro, calculado através da metodologia do fluxo de caixa descontado, cujos resultados projetados previam amortizações lineares de 10,0% a.a., em conformidade com a Lei 6.404/76 e a Instrução CVM nº 247/96, foi transferido para o ativo imobilizado intangível e está sendo amortizado pelo prazo remanescente da concessão, segundo a curva baseada na projeção de resultados futuros, sendo ambas as alterações de forma retroativa a 1º de janeiro de 2004, em consonância com a Resolução ANEEL nº 166, de 13 de julho de 2004.

A Comissão de Valores Mobiliários – CVM, através do Ofício CVM/SEP/GEA-1 nº 197, de 24 de maio de 2004, encaminhado à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, manifestou concordância com a alteração no prazo de amortização do saldo do ágio e também com a reclassificação contábil do saldo do ágio do ativo diferido para o ativo imobilizado intangível, observados os termos do referido Ofício.

12 DIFERIDO

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Gastos com implantação de sistemas e outros	30.330	27.746	30.330	27.746
Amortização acumulada	(8.702)	(6.163)	(8.702)	(6.163)
Varição cambial diferida em 2001	-	-	76.866	76.866
Amortização da variação cambial diferida	-	-	(76.866)	(67.385)
Total	21.628	21.583	21.628	31.064

Gastos com implantação de sistemas

Os gastos com implantação de sistemas e outros referem-se, em sua maioria, às despesas com a implantação do novo sistema administrativo/financeiro e está sendo amortizado pelo período de 10 anos.

Varição cambial

A controlada, Sul Geradora Participações S.A., exercendo permissão contida na Medida Provisória nº 03, de 30 de setembro de 2001, e Deliberações CVM nºs 404 e 409, de 27 de setembro e 1º de novembro de 2001, respectivamente, registrou em conta do ativo diferido o resultado da perda cambial líquida apurada durante o exercício de 2001. O valor diferido foi amortizado linearmente, e registrado em conta própria do resultado, em até 4 anos, a partir do exercício de 2001, inclusive. Verificando-se a liquidação parcial ou total do passivo, pelo pagamento ou pela conversão em capital, ou, ainda, verificando-se a recuperação das perdas diferidas mediante a existência de ganhos decorrentes de alterações nas taxas de câmbio, o ativo diferido cambial foi amortizado, totalmente, na mesma proporção da liquidação, conversão ou ganhos ocorridos.

Caso a Companhia tivesse optado por não efetuar o diferimento da perda cambial líquida durante o exercício de 2001, o lucro do exercício (Controladora e Consolidado) e o lucro por ação (Controladora), em 31 de dezembro de 2004, estariam aumentados em R\$ 9.481 e R\$ 0,012, respectivamente, enquanto que em 31 de dezembro 2003, o prejuízo do exercício (Controladora e Consolidado) e o prejuízo por ação (Controladora) estariam diminuídos em R\$ 18.100 e R\$ 0,023, respectivamente. O ativo diferido (Consolidado) e o patrimônio líquido (Controladora e Consolidado) estariam diminuídos em R\$ 9.481 para o ano de 2003, e a provisão para passivo a descoberto (Controladora) estaria aumentada em R\$ 9.481 para o ano de 2003.

13 FORNECEDORES

	Controladora e Consolidado	
	2004	2003
Fornecedores de energia elétrica		
Eletrobrás - Repasse de Itaipu	20.532	22.075
Tractebel Energia	33.099	25.601
AES Uruguaiana Empreendimentos	26.818	22.570
Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE	6.644	5.702
CPFL Comercialização Brasil	4.443	2.747
Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE	3.120	4.908
Outros	1.144	1.068
	95.800	84.671
Encargos de uso da rede elétrica		
Uso da conexão	3.691	1.656
Uso da rede básica	11.284	9.745
Transporte de energia	860	803
	15.835	12.204
Comercialização - MAE (*)	296	24.000
Material e serviços	13.786	9.839
Total Fornecedores	125.717	130.714

(*) Vide nota explicativa nº 28.

14 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Controladora e Consolidado												
Controladora	Indexador	Veto inicial	Veto final	Juros % a.a.	2004				2003			
					Circulante			Longo prazo	Circulante			Longo prazo
					Principal	Encargos	Total		Principal	Encargos	Total	
Moeda nacional												
BRDE	IGPM	31.08.97	30.09.06	12,0	28.080	532	28.612	26.123	11.686	13.215	24.901	46.250
Fundação ELETROCEEE	INPC/TR	31.08.97	31.07.12	9,0	2.890	-	2.890	19.026	1.667	1.065	2.732	20.715
Consumidores	-	-	-	-	10.250	-	10.250	2.201	11.094	-	11.094	2.568
Eletrobrás	RGR	30.05.00	30.08.07	6,0 a 9,0	2.524	-	2.524	4.612	1.254	99	1.353	2.752
BNDES - Programa de apoio emergencial	SELIC	17.03.03	15.02.08	1,0	28.269	409	28.678	18.028	27.697	3.134	30.831	42.561
BNDES - FINEM	TJLP	15.12.99	15.09.07	3,5 a 4,5	19.250	295	19.545	69.140	15.030	2.786	17.816	48.154
BNDES - FINEM	UMBNDDES	15.01.05	15.01.09	4,5	-	24	24	9.390	-	-	-	-
UNIBANCO	CDI	16.08.04	16.08.07	2,15	-	955	955	40.000	-	-	-	-
Banco Itaú BBA	CDI	27.07.04	28.04.08	1,75	-	3.124	3.124	100.000	-	-	-	-
Banco Alfa	CDI	27.05.04	27.04.05	2,0	30.000	87	30.087	-	-	-	-	-
Banrisul	123,5%CDI	07.07.03	06.06.05	3,5	3.333	49	3.382	-	6.667	120	6.787	3.333
Banco Santander	CDI	27.07.04	23.07.07	2,0	-	608	608	18.000	-	-	-	-
Banco do Brasil	IRP	11.06.04	13.09.04	14,3	-	-	-	-	10.742	-	10.742	-
FINEP	TJLP	15.07.04	15.07.10	4,0	-	11	11	534	-	-	-	-
Instituições financeiras	117,8% CDI	30.01.03	30.12.04	-	-	-	-	-	55.393	1.066	56.459	-
					124.596	6.094	130.690	307.054	141.230	21.485	162.715	166.333
Moeda estrangeira												
Banco Itaú BBA	US\$	20.01.04	15.06.05	7,0	6.197	20	6.217	-	13.333	787	14.120	6.747
UNIBANCO	US\$	15.09.03	15.09.07	Libor+7,25	5.309	441	5.750	10.618	2.889	507	3.396	17.335
Operações de "swap"					-	5.396	5.396	7.332	-	2.651	2.651	7.165
					11.506	5.857	17.363	17.950	16.222	3.945	20.167	31.247
Total controladora					136.102	11.951	148.053	325.004	157.452	25.430	182.882	197.580
Controlada												
Moeda estrangeira												
BankBoston	US\$	28.08.00	27.07.05	Libor + 4,7	151.300	1.044	152.344	-	137.237	1.730	138.967	164.684
Operações de "swap"					-	31.034	31.034	-	-	7.836	7.836	3.014
					151.300	32.078	183.378	-	137.237	9.566	146.803	167.698
Total consolidado					287.402	44.029	331.431	325.004	294.689	34.996	329.685	365.278

IGPM: Índice Geral de Preços do Mercado

INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor

TR: Taxa Referencial

RGR: Reserva Global de Reversão

SELIC: Sistema Especial de Liquidação e Custódia de Títulos Públicos

TJLP: Taxa de Juros de Longo Prazo

UMBNDDES: Unidade de Moeda do BNDES

CDI: Certificado de Depósito Interfinanceiro

IRP: Índice de Remuneração da Poupança

US\$: Dólar

- BRDE - refere-se a contrato de abertura de crédito assumido pela Companhia no processo de cisão e privatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE. As amortizações são mensais e como garantia foi oferecida a arrecadação de venda de energia da Companhia. Não existem cláusulas restritivas e de “covenants” financeiros para este contrato.
- Fundação ELETROCEEE - refere-se a contrato de confissão de dívida, assumido pela Companhia em decorrência do desmembramento do contrato total com a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE. As amortizações são mensais e como garantia foi oferecida a arrecadação de venda de energia. Não existem cláusulas restritivas e de “covenants” financeiros para este contrato.
- Consumidores - referem-se a convênios de devolução de valores adiantados pelos consumidores interessados no fornecimento de energia elétrica, para financiar as suas ligações, geralmente com expansão da rede de distribuição. Estes valores, até 1998, eram devolvidos em quatro anos a partir da data de conclusão da instalação, sem a incidência de juros ou atualizações monetárias. Os adiantamentos recebidos após o exercício de 1998 passaram a ser devolvidos no prazo de um ano. Não existem cláusulas restritivas e de “covenants” financeiros para estes convênios.
- Eletrobrás - tem a finalidade de financiar parcela das obras implementadas para melhoria no sistema elétrico, para a ampliação de redes de distribuição de energia elétrica, para a efficientização de iluminação pública, e para eletrificação rural e Programa de Universalização, tendo como garantia a arrecadação de venda de energia. Adicionalmente, existe restrição em pagar ou declarar qualquer dividendo, autorizar ou efetuar qualquer outra distribuição, em caso de atraso no cumprimento das obrigações previstas neste contrato. A Companhia obriga-se a não assumir, sem expressa autorização da ELETROBRÁS, novos compromissos financeiros que, isolada ou conjuntamente, superem o equivalente a 5,0% de seu ativo fixo e/ou que elevem seu endividamento a nível superior a 66,0% do seu ativo fixo.
- BNDES - programa de apoio emergencial - durante os exercícios de 2003 e de 2002, foram liberados financiamentos referente ao “Programa Emergencial e Excepcional de Apoio Financeiro às Concessionárias de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica”, com a finalidade de restabelecer o equilíbrio financeiro decorrentes dos seguintes fatos:
 - (i) financiamento correspondente a aproximadamente 90,0% dos impactos decorrentes do Acordo Geral do Setor Elétrico, liberado em novembro de 2002 no montante de R\$ 48.885, tendo como garantia a arrecadação da venda de energia equivalente a 5,6% do faturamento bruto mensal, líquido do ICMS, e, em dezembro de 2002 o montante de R\$ 9.631, tendo como garantia a arrecadação da venda de energia equivalente a 0,4% do faturamento bruto mensal, líquido do ICMS. Não existem cláusulas restritivas e de “covenants” para este contrato;
 - (ii) financiamento correspondente a CVA não contemplada no reajuste tarifário de abril de 2003, tendo como garantia a arrecadação correspondente a 3,18% do faturamento mensal da Companhia. Não existem cláusulas restritivas e de “covenants” para este contrato.

- BNDES - FINEM - tem como finalidade principal o investimento na expansão e melhoria do sistema elétrico da Companhia:
 - (i) FINEM (período de 1998 a 2001) - as amortizações são mensais, e foi oferecido como garantia a arrecadação da venda de energia, no montante equivalente a 1,4 vezes o valor correspondente ao serviço da dívida, assim entendido como principal e juros. Adicionalmente, a Companhia obriga-se ao pagamento deste contrato, prioritariamente à distribuição de dividendos superiores ao mínimo obrigatório e de juros sobre o capital próprio. A Companhia também se obriga a manter o nível de capitalização: Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total, igual ou superior a 40,0%.
 - (ii) FINEM (período de 2003-2005) - as amortizações são mensais e os juros trimestrais durante a carência e foi oferecido como garantia a arrecadação da venda de energia, no montante equivalente a 1,4 vezes o valor correspondente ao serviço da dívida, assim entendido como principal e juros. Adicionalmente, a Companhia poderá realizar o pagamento de juros sobre o capital próprio ou de dividendos cujo somatório exceda o mínimo obrigatório, desde que comprove ao BNDES a manutenção dos seguintes índices: Endividamento Financeiro Líquido/LAJIDA ser menor ou igual a 3,0 e Endividamento Financeiro Líquido/Endividamento Financeiro Líquido + Patrimônio Líquido menor ou igual a 0,5.
- UNIBANCO – Moeda Nacional - destina-se a financiar o suprimento de recursos necessários ao pagamento de fornecedores da Companhia, com prazo total de 36 meses, sendo 18 meses de carência com encargos de 100,0% da variação diária do CDI ao ano mais juros de 2,15% e amortizações trimestrais de principal e juros. O contrato exige o cumprimento de covenants financeiros, como segue:
 - Dívida financeira dividida pelo EBITDA, igual ou inferior a 3,0;
 - Despesas financeiras divididas pelo EBITDA, igual ou inferior a 0,4;
 - Dívida financeira dividida pelos capitais totais, igual ou inferior a 3,0.
- Itaú BBA - Cédula de Crédito Bancário (CCB) - em abril de 2004 a Companhia tomou financiamento junto ao banco Itaú BBA, no montante de R\$ 100.000, tendo como finalidade o suprimento de recursos necessários à operação da Companhia. Os encargos financeiros correspondem a 100,0% do Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI, mais juros de 1,75% ao ano. Este financiamento tem carência de 24 meses, e após este período as amortizações serão mensais. As garantias são constituídas por fianças da CPFL Energia S.A., Ipê Energia Ltda e recebíveis no montante de R\$ 38.000.

Existem cláusulas restritivas quanto à alteração ou modificação da composição do Capital Social, quanto a qualquer mudança, transferência ou a cessão, direta ou indireta, do controle societário, ou ainda a incorporação, fusão ou cisão, sem a prévia e expressa anuência do credor.

Adicionalmente, este empréstimo exige o cumprimento de “covenants” financeiros, como segue:

- EBITDA dividido pelas despesas financeiras - líquidas, igual ou maior a 1,6;
- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, igual ou inferior a 2,7.
- Banco Alfa - este empréstimo com duração de 12 meses, destina-se ao financiamento de capital de giro da Companhia com carência do principal de 8 meses, e quatro amortizações mensais, não havendo carência quanto ao pagamento de juros mensais. Foi dado como garantia aval proporcional dos acionistas. Não existem restrições ou “covenants” financeiros sobre esse contrato.
- Bannrisul - destina-se ao refinanciamento de capital de giro da Companhia, sendo as amortizações de principal e juros mensais em 18 parcelas com 6 meses de carência. Não existem garantias, cláusulas restritivas e de “covenants” financeiros para este contrato.
- Banco Santander - destina-se a financiar capital de giro da Companhia com prazo total de 36 meses, sendo 18 meses de carência. As parcelas de principal e juros serão pagos trimestralmente com encargos financeiros correspondentes a 100,0% do CDI ao ano mais juros de 2,0% a.a. O contrato exige o cumprimento de covenants financeiros, como segue:
 - EBITDA dividido pelas despesas financeiras pagas, maior ou igual a 2,0;
 - Dívida financeira dividida pelo EBITDA, igual ou inferior a 3,5.
- Banco do Brasil - destina-se ao financiamento para comercialização de insumos (energia elétrica) destinados à atividade agropecuária, sendo liberado em duas “tranches” e amortização de principal e juros nos meses de junho e setembro do ano de 2004, tendo como garantia fianças bancárias. Não existem cláusulas restritivas e de “covenants” financeiros para este contrato.
- FINEP - este contrato destina-se a custear parcialmente as despesas incorridas em estudos e projetos de pesquisa e desenvolvimento para otimização do desempenho da rede de distribuição. O prazo deste contrato é de 49 meses, com carência de principal de 26 meses e juros trimestrais durante o período de carência e mensalmente durante o período de amortização, tendo como garantia deste contrato a arrecadação de venda de energia. Não existem cláusulas restritivas ou “covenants” financeiros sobre o contrato.
- Instituições financeiras - refere-se a financiamento do capital de giro e outras operações similares de curto prazo, tendo como garantias notas promissórias. Não existem cláusulas restritivas e de “covenants” financeiros para estes contratos.
- Banco Itaú BBA - Resolução 2.770 - destina-se a financiar capital de giro da Companhia, através da linha Resolução do Banco Central nº 2.770, sendo as amortizações de principal e juros mensais, vencíveis em dezoito parcelas, a partir de janeiro de 2004, tendo como garantia notas promissórias. Não existem cláusulas restritivas e de “covenants” financeiros para este contrato.
- UNIBANCO - Moeda Estrangeira - refere-se a uma linha de repasse destinado a financiar os investimentos no período de 2002 a 2004, através de recursos do Deutsche Investitions - DEG, e as amortizações de principal e juros são semestrais e nos meses de março e setembro. Como garantias foram dados recebíveis e conta reserva, não havendo cláusulas restritivas.

Adicionalmente, este empréstimo exige o cumprimento de “covenants” financeiros, como segue:

- EBITDA dividido pelos juros pagos, somado às amortizações líquidas de dívida, igual ou maior a 1,05;
 - dívida total dividido pelo EBITDA, igual ou inferior a 3,5 (2003), 3,0 (2004) e 2,5 (2005 a 2007);
 - juros pagos dividido pelo EBITDA, igual ou inferior a 0,4;
 - dívida total igual ou inferior a R\$ 800.000.
- BankBoston - refere-se à captação de recursos realizada em maio de 2000 pela Sul Geradora Participações S.A., através de operação de adiantamento de pré-exportação “Trade Finance”, no valor de US\$ 190.000 mil (R\$ 351.818), tendo como garantia da operação o aval da Rio Grande Energia S.A. e cartas de fianças. O pagamento de juros é trimestral e a amortização do principal se dará entre 2002 e 2005. Em caso de qualquer inadimplemento, os dividendos serão vetados. Adicionalmente, este empréstimo exige o cumprimento de “covenants” financeiros calculados com base nas informações consolidadas como segue:
 - EBITDA dividido pelas despesas financeiras pagas, igual ou maior a 1,8 (até o 1º trimestre de 2002), e 2,0 (para os demais trimestres);
 - endividamento dividido pela estrutura de capital, igual ou menor a 0,6 (até o 4º trimestre de 2003), e 0,55 (para os demais trimestres);
 - endividamento dividido pelo EBITDA, igual ou menor a 4,5 (até o 2º trimestre de 2002), 4,3 (até o 3º trimestre de 2002), 3,75 (até o 1º trimestre de 2003), e 3,5 (para os demais trimestres).

Informamos que não há descumprimento de quaisquer “covenants” financeiros relativos a contratos assinados pela Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2004.

As parcelas de longo prazo desses empréstimos vencem como seguem:

Ano do vencimento	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
2005	-	93.564	-	261.262
2006	151.965	63.706	151.965	63.706
2007	123.388	27.285	123.388	27.285
2008	37.710	3.230	37.710	3.230
2009	3.869	2.732	3.869	2.732
Após 2009	8.072	7.063	8.072	7.063
Total	325.004	197.580	325.004	365.278

15 TAXAS REGULAMENTARES

	Controladora e Consolidado	
	2004	2003
Reserva global de reversão - RGR	2.545	3.381
Taxa de fiscalização - ANEEL	260	155
Conta de desenvolvimento energético - CDE	2.567	1.827
Conta consumo de combustível - CCC	5.847	1.201
Total	11.219	6.564

A reserva global de reversão (RGR) é um fundo de reserva gerenciado pela Eletrobrás, como órgão do Governo Federal, designado para prover fundos para pagamentos aos concessionários, até a expiração de suas concessões, data em que a Companhia será reembolsada pelo valor do ativo permanente líquido, registrado nos livros. Em 3 de janeiro de 1996, o Decreto nº 1.771 instituiu a taxa de RGR de 2,5% do imobilizado em serviço, limitado a 3,0% do total da receita operacional bruta, deduzida do ICMS.

A conta de desenvolvimento energético (CDE) é uma contribuição feita pela Companhia que visa financiar o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes alternativas de energia, como fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados e promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional.

A conta consumo de combustível (CCC) é uma contribuição feita pela Companhia para financiar o custo do combustível utilizado nos processos de operações de energia termoeletrica no sistema energético brasileiro.

16 CONTAS A PAGAR DE APOSENTADORIAS INCENTIVADAS

Por força do edital de privatização, a Companhia é responsável pelo pagamento do benefício de complementação da aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pelo INSS aos participantes da Fundação CEEE de seguridade social - ELETROCEEE, os quais não tenham ainda cumprido todos os requisitos para a obtenção do benefício. Dessa forma, a Companhia provisionou os valores, decorrentes de cálculo atuarial, dos compromissos futuros relativos às complementações salariais a serem pagas aos participantes ou repassados à Fundação CEEE, ajustados ao valor presente pela taxa de 12,0% a.a., cujas provisões estão demonstradas a seguir:

Descrição	2004				
	Valor bruto	Ajuste a	Líquido	Saldo	Saldo
	original	valor presente		longo prazo	curto prazo
Complemento de aposentadoria	29.628	(7.983)	21.645	15.760	5.885
Contribuição à Fundação	3.367	(906)	2.461	1.791	670
Total	32.995	(8.889)	24.106	17.551	6.555

Descrição	2003				
	Valor bruto	Ajuste a	Líquido	Saldo	Saldo
	original	valor presente		longo prazo	curto prazo
Complemento de aposentadoria	33.433	(9.775)	23.658	17.665	5.993
Contribuição à Fundação	3.911	(1.143)	2.768	2.066	702
Total	37.344	(10.918)	26.426	19.731	6.695

O saldo de longo prazo do complemento de aposentadoria vence conforme segue:

Ano do vencimento	2004		
	Complemento de aposentadoria	Contribuição à Fundação	Total
2006	4.655	530	5.185
2007	3.657	416	4.073
2008	2.811	319	3.130
2009	1.994	226	2.220
Após 2009	2.643	300	2.943
Total	15.760	1.791	17.551

A Companhia procedeu, através de empresa atuarial independente, a avaliação desse benefício de acordo com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, optando pelo reconhecimento do passivo atuarial no resultado ao longo dos exercícios de 2002 a 2006, ou pelo tempo de serviço ou de vida remanescente dos empregados se estes forem menores.

A suplementação da aposentaria é do tipo benefício definido, com nível de benefício de 100,0% da média dos últimos 36 salários, incluindo o benefício da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado administrado pela ELETROCEEE (na condição de Entidade Fechada de Previdência Complementar).

A seguir os principais resultados da avaliação atuarial:

a) Conciliação dos ativos e passivos:

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Valor presente das obrigações atuariais	(106.641)	(103.980)
Valor justo dos ativos do plano	124.928	103.246
Ativo (obrigação) atuarial - líquido	18.287	(734)
<u>Ajustes por diferimentos permitidos</u>		
Ganhos atuariais não reconhecidas	(28.301)	(12.627)
Obrigação atuarial inicial não reconhecida	5.084	7.625
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço patrimonial	(4.930)	(5.736)

b) Movimentação dos ativos e passivos:

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
<u>Movimentação dos ativos do plano</u>		
Valor justo dos ativos no início do ano	103.246	70.675
Contribuições da patrocinadora	2.406	2.295
Contribuições de participantes	1.241	1.106
Rendimento efetivo dos ativos	20.464	30.696
Benefícios pagos no ano	(2.429)	(1.526)
Valor justo dos ativos do plano ao final do ano	124.928	103.246
<u>Movimentação dos passivos do plano</u>		
Valor das obrigações no início do ano	(103.980)	(89.159)
Custo do serviço corrente bruto	(796)	(2.360)
Juros sobre a obrigação atuarial	(11.684)	(8.372)
Ganhos (perdas) atuariais	7.390	(5.615)
Benefícios pagos no ano	2.429	1.526
Valor das obrigações calculadas ao final do ano	(106.641)	(103.980)

c) Despesa reconhecida na demonstração de resultado:

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Custo do serviço corrente	796	2.360
Contribuições esperadas dos participantes	(1.391)	(1.223)
Juros sobre obrigações atuariais	11.684	8.372
Rendimento esperado dos ativos do plano	(11.774)	(6.636)
Amortização da obrigação atuarial inicial	2.541	2.541
Reconhecimento de ganhos atuariais	(256)	(428)
Despesa apropriada segundo CVM nº 371	1.600	4.986
Contribuição da patrocinadora (efetivamente apropriada)	2.406	2.295
Total da (receita) despesa reconhecida	(806)	2.691

d) Premissas econômicas, financeiras e demográficas em 2004 e 2003:

Taxa nominal de juros (desconto) para avaliação do custo do serviço corrente e da obrigação atuarial total	11,3% a.a.
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	11,3% a.a.
Taxa de crescimento salarial	7,1% a.a.
Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	5,0% a.a.
Taxa de rotatividade	[0,3 ÷ (t+1)] onde t=anos de serviço
Tábua geral de mortalidade	UP-84
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média (ix)
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-55/57 (qix)
Tábua de mortalidade de ativos	Método de Hamza a partir dos valores adotados para qx/ix/qix
Método de avaliação atuarial	Crédito unitário projetado

O resumo das estatísticas básicas dos participantes e pensionistas foi obtido com base nos dados realizados até 30 de novembro de 2004, projetados para a data base de 31 de dezembro de 2004.

17 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Controladora e Consolidado	
	2004	2003
ICMS	23.554	23.145
PIS	1.605	1.258
COFINS	7.391	4.426
CSLL	11.037	-
IRPJ	29.826	-
Outras	1.869	1.312
Total	75.282	30.141

18 DIVIDENDOS

- a) Os dividendos em 31 de dezembro de 2004, decorrentes do lucro, foram apurados como segue:

Dividendos propostos	2004
Lucro líquido do exercício	30.752
Reserva legal (5,0%)	(1.538)
Realização da reserva de reavaliação	16.951
Base de cálculo para dividendos mínimos	46.165
Dividendos mínimos obrigatórios	11.757
Saldo remanescente	34.408
Dividendos propostos	46.165

O estatuto prevê a distribuição aos acionistas do dividendo obrigatório de 25,0% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, e considera para as ações preferenciais dividendos 10,0% maior do que o atribuído às ações ordinárias. O saldo remanescente do lucro terá a sua destinação integral proposta nas demonstrações financeiras, no pressuposto de sua aprovação pela Assembléia Geral dos acionistas.

Os dividendos por ação, por grupo de mil ações, em 31 de dezembro de 2004 é de R\$ 64,33 para as ações preferenciais e de R\$ 58,48 para as ações ordinárias.

- b) As ações preferenciais faziam jus ao recebimento de dividendo fixo e cumulativo de 13,0% a.a. sobre o preço de emissão, o qual poderia ser pago à conta de reserva de capital, nos termos da legislação societária.

O dividendo fixo e cumulativo foi assim calculado:

Dividendo fixo cumulativo	2000	2001	2002	2003	2004
Ações preferenciais - em milhares					
Quantidade de ações	150.000	144.738	144.738	144.738	-
Resgate de ações	(5.262)	-	-	-	-
Saldo	144.738	144.738	144.738	144.738	-
Preço por ação - R\$	4	4	4	4	-
Base para dividendos fixos	578.952	578.952	578.952	578.952	-
Dividendos - 13,0% a.a.	75.263	75.263	75.264	(i)	(ii)
Saldo dos dividendos fixos declarados e não pagos	-	75.263	137.828	212.374	211.301
Dividendos pagos	-	(12.698)	(718)	(1.073)	(51.000)
Capitalização parcial dos dividendos fixos declarados e não pagos	-	-	-	-	(141.714)
Renúncia parc. dos dividendos fixos e não pagos aos acionistas preferencialistas	-	-	-	-	(18.000)
Total de dividendos a pagar	75.263	137.828	212.374	211.301	587

- (i) Em Assembléia Geral de Preferencialistas, realizada em 18 de dezembro de 2003, os acionistas detentores de ações preferenciais de emissão da Companhia, deliberaram unanimemente renunciar unilateralmente ao recebimento do dividendo fixo e cumulativo no montante de R\$ 75.263 (R\$ 0,52 por ação), referente ao exercício social de 2003. Esta renúncia é irrevogável e vincula todos os acionistas preferencialistas.
- (ii) Em Assembléia Geral de Preferencialistas, realizada em 04 de outubro de 2004, foram aprovadas as seguintes deliberações:
- modificação das características das ações preferenciais substituindo a previsão estatutária de resgate e pagamento de dividendos fixos e cumulativos de 13,0% a.a. sobre o preço da emissão, para o recebimento de dividendos 10,0% maior do que o atribuído às ações ordinárias, vinculados à existência de lucro a serem distribuídos nos termos da legislação em vigor;
 - capitalização do saldo dos dividendos fixos declarados e não pagos, acumulados nos exercícios de 1998 a 2003, no valor de R\$ 211.301, deduzido do “saldo positivo do fluxo financeiro”, referente ao exercício de 2003 e no valor de R\$ 69.587, apurado conforme Resolução Homologatória nº 166 da ANEEL;
 - por unanimidade, a renúncia unilateral ao recebimento do valor de R\$ 18.000 que corresponde a uma parte dos dividendos fixos declarados e não pagos, acumulados nos exercícios de 1998 a 2003.

19 PARTES RELACIONADAS

As principais transações entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Ativo				
Numerário disponível				
Bradesco	544	1.268	544	1.268
Aplicações				
Bradesco	1.829	1.709	1.829	1.709
Despesas antecipadas				
Juros a apropriar Votorantim C.T.V.M.	-	-	1.423	2.213
Outros créditos				
CPFL - Companhia Paulista de Força e Luz	660	467	660	467
Passivo				
Fornecedores				
CPFL Comercialização Brasil Ltda	4.443	2.747	4.443	2.747
CPFL - Companhia Paulista de Força e Luz	48	-	48	-
CBA - Companhia Brasileira de Alumínio	98	4	98	4
Operações de "swap"				
Banco Votorantim	6.273	4.688	26.800	11.772
Empréstimo de mútuo				
Sul Geradora Participações	-	139.564	-	-
Resultado				
Custo de energia elétrica	(36.012)	(10.259)	(36.012)	(10.259)
Custo de operação - material	(2.724)	(898)	(2.724)	(898)
Despesas operacionais	(84)	-	(84)	-
Rendimento aplicações financeiras	2.809	176	2.809	176
(Despesa) receita financeira - operações de "swap"	(2.763)	(4.688)	(18.180)	(105.492)
Despesa financeira - mútuos	(9.637)	(44.474)	-	-
Outras despesas financeiras	(255)	(181)	(255)	(181)

O contrato de mútuo realizado com a Sul Geradora Participações S.A. está sujeito a encargos calculados até 31 de janeiro de 2002, com base na Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP mais juros de 1,5% a.a., e a partir de 1º de fevereiro de 2002, com encargos calculados com base em 105,0% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Não existem garantias para este contrato.

20 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

2004

Natureza	Controladora						Consolidado					
	Remota	Possível	Provável	Total	Provisão	Depósito judicial	Remota	Possível	Provável	Total	Provisão	Depósito judicial
Trabalhista	1.001	3.994	5.438	10.433	5.438	7.900	1.001	3.994	5.438	10.433	5.438	7.900
Cível	15.236	50.181	5.619	71.036	4.227	28	15.236	50.181	5.619	71.036	4.227	28
Tributária	-	208.452	20.904	229.356	20.904	4.042	41.085	208.452	24.155	273.692	24.155	4.042
Regulatória	-	4.561	6.842	11.403	6.842	4.561	-	4.561	6.842	11.403	6.842	4.561
Total	16.237	267.188	38.803	322.228	37.411	16.531	57.322	267.188	42.054	366.564	40.662	16.531

2003

Natureza	Controladora						Consolidado					
	Remota	Possível	Provável	Total	Provisão	Depósito judicial	Remota	Possível	Provável	Total	Provisão	Depósito judicial
Trabalhista	798	3.076	4.223	8.097	4.223	6.252	798	3.076	4.223	8.097	4.223	6.252
Cível	13.997	33.027	3.395	50.419	1.900	23	13.997	33.027	3.395	50.419	1.900	23
Tributária	-	15.081	21.249	36.330	22.911	4.057	-	15.081	24.477	39.558	26.139	4.057
Total	14.795	51.184	28.867	94.846	29.034	10.332	14.795	51.184	32.095	98.074	32.262	10.332

Os processos que configuram contingências prováveis estão suficientemente provisionados, segundo avaliação constante dos relatórios dos consultores jurídicos externos da Companhia e dos administradores. No processo de análise das causas foi considerada a real configuração de contingência, avaliado o risco financeiro envolvido e provisionado os valores que provavelmente podem afetar o patrimônio da Companhia.

Dos processos em análise, constata-se a existência de causas de natureza: (i) trabalhista, (ii) cível, (iii) tributária, (iv) regulatória e (v) ambiental, das quais podemos citar o que segue:

- (i) o total das causas na esfera da justiça do trabalho somam 3.389 processos, os quais versam sobre direitos trabalhistas, tais como: adicional de horas extras, adicional de periculosidade, indenização por sobreaviso, reconhecimento da relação de emprego dentre outras. Do total das reclamações na justiça do trabalho, cerca de 93,8% são provenientes de ex-funcionários da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, os quais nunca trabalharam na Companhia ou tiveram seus contratos transferidos. Para as demais causas, 2,3% são oriundas de funcionários contratados pela Companhia e 3,9% advêm de reclamações ajuizadas por terceirizados.
- (ii) as causas cíveis versam sobre as seguintes reclamações: danos em aparelhos causados pelas redes elétricas; ilegalidade de majoração de tarifa; pedido de indenização por corte de luz; devolução de valores pagos a maior na época do Plano Cruzado; anulação de débitos cobrados com base em recuperação do consumo; indenização por danos em geral causados na rede elétrica, entre outras. Constituem-se em um total de 2.558 ações, sendo que aproximadamente 177 são consideradas relevantes. A Companhia mantém para fins de cobertura de risco de responsabilidade civil, apólice de seguro com cobertura de até R\$ 6.000 (R\$ 6.500 em 31 de dezembro de 2003). Os montantes de perdas consideradas prováveis são de R\$ 5.619 em 31 de dezembro de 2004 (R\$ 3.395 em 31 de dezembro de 2003), entretanto, considerando os termos contratuais das nossas apólices de seguros, existem coberturas para R\$ 1.392 em 31 de dezembro de 2004 (R\$ 1.495 em 31 de dezembro de 2003), vinculadas aos respectivos montantes, razão pela qual a Companhia provisionou as perdas prováveis não cobertas pelos seguros.
- (iii) dentre as principais causas tributárias, a qual a Companhia faz parte, destacamos:
 - em dezembro de 2004 a Companhia sofreu autuação fiscal da SRF, os assuntos relevantes foram:
 - a) IRPJ e CSLL sobre o período anterior a alteração do prazo de amortização do ágio (vide nota explicativa nº 11.f);
 - b) multa isolada pelo não recolhimento do IRRF sobre os encargos produzidos nos contratos de mútuo entre a Companhia e sua subsidiária integral Sul Geradora Participações S.A.;
 - c) PIS e COFINS sobre a atualização financeira pela SELIC, da conta de compensação de variações de itens dos custos não-gerenciáveis (CVA);
 - d) IRPJ e CSLL sobre as diferenças de taxas de depreciação entre o laudo de reavaliação e as taxas ANEEL.

- autuação do INSS sobre responsabilidade solidária relativo a prestadores de serviços em obras;
- autuação da SRF relativo a ausência de recolhimento de multa de ofício em denúncia espontânea para pagamento de PIS/COFINS;
- o pedido de suspensão da eficácia das decisões da SRF para considerar a dedutibilidade, para fins de apuração de imposto de renda e contribuição social, dos valores relativos a complementação de aposentadoria a empregados aposentados da Companhia (beneficiários da Fundação ELETROCEEE);
- cobrança da taxa de uso de solo pelas prefeituras municipais e outras autarquias estaduais;
- não recolhimento de PIS e COFINS sobre receitas financeiras na subsidiária integral Sul Geradora Participações S.A., através de mandado judicial com pedido de liminar, que suspendeu sua exigibilidade.

(iv) as principais causas de natureza regulatória são as seguintes:

- o aditamento ao contrato de mútuo entre a Companhia e sua subsidiária integral Sul Geradora Participações S.A., alterando o índice de encargos da dívida, conforme detalhado na nota explicativa nº 19, não submetidos à anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; e
- o aval da Companhia para o empréstimo tomado pela sua subsidiária integral, Sul Geradora Participações S.A. junto ao BankBoston, conforme detalhado na nota explicativa nº 14, não submetidos à anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

(v) os processos ambientais versam sobre eventuais cortes ilegais de árvores procedidos pela Companhia devido a riscos para as redes de energia e consumidores.

21 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2004 e de 2003, está representado por 775.425.823 ações, sendo 630.688.323 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e 144.737.500 ações preferenciais. A Companhia possui em tesouraria 444.837 ações ordinárias de sua própria emissão, adquiridas no exercício de 1998, pelo preço médio de R\$ 1,08 por ação. Essas ações têm por objetivo a futura alienação ou cancelamento.

A composição acionária da Companhia é como segue:

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Cia. Paulista de Força e Luz	423.277.558	67,1	96.491.667	66,7	519.769.225	67,0
Ipê Energia	205.095.210	32,5	48.245.833	33,3	253.341.043	32,7
521 Participações	50.000	-	-	-	50.000	-
VBC Energia	50.000	-	-	-	50.000	-
Conselho de Administração	1.018	-	-	-	1.018	-
Ações em Tesouraria RGE	444.837	0,1	-	-	444.837	0,1
Outros	1.769.700	0,3	-	-	1.769.700	0,2
Total das ações	630.688.323	100,0	144.737.500	100,0	775.425.823	100,0

O valor patrimonial da ação, por grupo de mil, em 31 de dezembro de 2004 é de R\$ 1.427,77 (R\$ 1.241,68 em 31 de dezembro de 2003).

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 04 de outubro de 2004, foi aprovada a modificação das características das ações preferenciais, conforme quadro abaixo:

2003	2004
<ul style="list-style-type: none">• não têm direito a voto;• fazem jus ao recebimento de dividendo fixo e cumulativo de 13,0% a.a. sobre o preço de emissão, o qual poderá ser pago à conta de reserva de capital, nos termos da legislação societária;• são ações resgatáveis em até 15 anos, conforme conveniência da Companhia, podendo ser utilizada verba contabilizada em reserva de capital, para o pagamento conforme previsto na legislação societária;• o resgate das ações preferenciais será efetuado pelo preço de emissão das ações, atualizado, desde a data de sua integralização até a data do efetivo pagamento do resgate, pela aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP acrescida de um <i>spread</i> de 1,5% a.a., ambos calculados <i>pro rata die</i>, deduzidos os dividendos pagos. O preço das ações atualizado até 31 de dezembro de 2003, conforme critério acima exposto, é de R\$ 551.175.	<ul style="list-style-type: none">• não têm direito a voto;• fazem jus ao recebimento de dividendo de 10,0% (dez por cento) maior que o atribuído às ações ordinárias, vinculados a existência de lucro, a ser distribuído nos termos da legislação em vigor;• terão prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia.

22 FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Consumidores		GWh		R\$	
	2004	2003	2004	2003	2004	2003
Consumidores						
Residencial	805.276	790.201	1.437	1.419	584.331	506.771
Industrial	30.152	29.784	2.813	2.564	654.587	508.596
Comercial	93.873	92.916	801	766	311.821	260.535
Rural	131.300	127.775	838	810	124.737	103.379
Poder público	9.976	9.902	112	107	45.264	37.504
Iluminação pública	253	252	230	235	46.608	42.070
Serviço público	1.357	1.366	186	184	48.692	40.805
Consumo próprio	91	79	1	1	-	-
Fornecimento faturado	1.072.278	1.052.275	6.418	6.086	1.816.040	1.499.660
Outros						
Fornecimento não faturado do exercício	-	-	-	-	53.517	48.883
Fornecimento não faturado do exercício anterior	-	-	-	-	(48.883)	(35.201)
Acordo de reembolso energia livre	-	-	-	-	-	78
Encargo de capacidade emergencial	-	-	-	-	42.122	39.222
Total fornecimento energia	1.072.278	1.052.275	6.418	6.086	1.862.796	1.552.642
Suprimento energia	6	6	299	291	27.157	22.333
Receita pela distribuição da rede elétrica	-	-	-	-	893	619
Outras	-	-	-	-	17.918	15.506
Total receita operacional	1.072.284	1.052.281	6.717	6.377	1.908.764	1.591.100

23 CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

Energia elétrica comprada para revenda	GWh		R\$	
	2004	2003	2004	2003
Fornecedores				
Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE	461	690	24.854	36.257
Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE	604	678	41.384	44.099
Eletrobrás - Repasse de Itaipu	1.475	1.475	123.708	137.797
Tractebel Energia	3.451	3.165	295.537	236.919
AES Uruguaiana Empreendimentos	1.152	1.152	116.427	105.350
CPFL Comercialização Brasil	495	138	36.012	10.259
Outros	73	2	1.442	1.108
	7.711	7.300	639.364	571.789
Varição de custos da parcela "A" - CVA	-	-	53.519	21.094
	7.711	7.300	692.883	592.883
Encargos de uso da rede elétrica				
Encargos da rede básica	-	-	84.895	76.676
Encargos de transporte Itaipu	-	-	6.826	6.267
Encargos de conexão	-	-	25.395	13.547
	-	-	117.116	96.490
Varição de custos da parcela "A" - CVA	-	-	12.371	(21.197)
	-	-	129.487	75.293
Total	7.711	7.300	822.370	668.176

24 DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Despesas com vendas				
Pessoal	16.029	13.078	16.029	13.078
Material	774	832	774	832
Serviços de terceiros	10.569	8.658	10.569	8.658
Arrendamentos e aluguéis	27	12	27	12
Depreciação e amortização	6.792	4.720	6.792	4.720
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	10.762	10.577	10.762	10.577
Pesquisa e eficiência energética	431	-	431	-
Telecomunicações e transmissão de dados	3.567	2.904	3.567	2.904
Propaganda e publicidade	-	23	-	23
Indenizações a consumidores	1.178	830	1.178	830
Outras	1.605	560	1.605	560
	51.734	42.194	51.734	42.194
Despesas gerais e administrativas				
Pessoal	20.261	22.422	20.261	22.422
Administradores	2.312	745	2.312	745
Material	278	354	278	354
Serviços de terceiros	14.110	9.940	14.137	9.940
Arrendamentos e aluguéis	2.793	1.788	2.793	1.788
Depreciação e amortização	6.007	5.283	6.007	5.283
Investimentos em cultura	3.051	4.587	3.051	4.587
Taxa de fiscalização ANEEL	2.894	1.889	2.894	1.889
Pesquisa e eficiência energética	3.762	4	3.762	4
Provisão para contingências	7.343	2.413	7.343	2.413
Telecomunicações e transmissão de dados	1.991	1.166	1.991	1.166
Seguros	966	574	966	574
Propaganda e publicidade	1.170	1.307	1.170	1.307
Outras	1.972	1.399	1.972	1.400
	68.910	53.871	68.937	53.872
Amortização do ágio	15.779	112.027	15.779	112.027
Total	136.423	208.092	136.450	208.093

25 RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	10.528	6.591	10.528	6.591
Acréscimos moratórios	23.410	18.718	23.410	18.718
Variações monetárias	1.565	2.714	1.565	2.714
Outras	1.392	1.329	1.392	1.329
Total	36.895	29.352	36.895	29.352

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	(65.442)	(101.861)	(69.829)	(80.694)
Despesas bancárias	(1.949)	(1.331)	(1.949)	(1.331)
Variações monetárias	(14.031)	(16.939)	(14.031)	(16.939)
Variações cambiais	-	-	(9.481)	(18.100)
Operações de "Swap"	(4.719)	(4.438)	(26.650)	(55.222)
CPMF	(9.107)	(6.359)	(9.745)	(6.986)
Outras	(4.715)	(5.248)	(4.389)	(6.574)
Total	(99.963)	(136.176)	(136.074)	(185.846)
Despesas financeiras - líquidas	(63.068)	(106.824)	(99.179)	(156.494)

26 RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Controladora e Consolidado	
	2004	2003
Receitas não operacionais		
Ganhos na alienação de bens e direitos - imobilizado	356	637
Ganhos na desativação de bens e direitos	277	-
Outras receitas	824	31
Total	1.457	668
Despesas não operacionais		
Perdas na alienação de bens e direitos - imobilizado	(392)	(1.569)
Perdas na desativação de bens e direitos	(13.684)	(5.348)
Outras despesas	(558)	(64)
Total	(14.634)	(6.981)
Despesas não operacionais - líquidas	(13.177)	(6.313)

27 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

a) Risco nas flutuações da taxa de câmbio

O resultado da Companhia é afetado pelo risco nas flutuações da taxa de câmbio, uma vez que a Companhia e sua subsidiária integral, Sul Geradora Participações S.A., possuem financiamentos em moeda estrangeira (vide nota explicativa nº 14). Visando reduzir esse tipo de risco, a Companhia efetuou operações de “swap” para troca do indexador, taxa de juros e “spread” para CDI, dos montantes de principal e juros. O instrumento financeiro cobre o risco da oscilação cambial da dívida através de um montante contratado mais um cupom em dólar a ser recebido ao longo do prazo de vencimento da dívida, de tal forma que nas datas de vencimento os montantes em dólares, da dívida e do “swap”, serão equivalentes. O crédito decorrente do cupom está reconhecido contabilmente no resultado de acordo com o rendimento auferido até a data de encerramento do exercício, tendo em vista a expressa intenção de não liquidação dos contratos de “swap” antes dos respectivos prazos de vencimentos da dívida.

Abaixo demonstramos a exposição líquida comparativamente ao valor justo das operações de “swap”, para o qual utilizamos o método de cotação de mercado à data do encerramento do exercício:

	Controladora			
	Valor contábil		Valor justo	
	2004	2003	2004	2003
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	22.585	41.598	22.585	41.598
Ativos em dólar	26.162	49.164	25.040	50.172
Instrumentos de "hedge"	(38.890)	(58.980)	(36.052)	(58.980)
Ajustes operações de "swap"	(12.728)	(9.816)	(11.012)	(8.808)
	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	2004	2003	2004	2003
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	174.929	345.249	174.929	345.249
Ativos em dólar	183.689	374.288	180.648	363.921
Instrumentos de "hedge"	(227.451)	(394.954)	(218.616)	(372.977)
Ajustes operações de "swap"	(43.762)	(20.666)	(37.968)	(9.056)

A Companhia possui, também, em suas atividades operacionais, exposição de flutuação cambial na compra de energia, correspondente a R\$ 20.532 em 31 de dezembro de 2004 (R\$ 22.075 em 31 de dezembro de 2003), entretanto, a sistemática atual de reajuste tarifário proporciona uma recuperação automática destes custos (conta de compensação), conforme detalhado na nota explicativa nº 8.

b) Risco de crédito

A Companhia mantém uma política de avaliação rígida de risco de crédito para as instituições financeiras com as quais opera. Tal política enfatiza a classificação de risco por agências especializadas e pulverização das suas aplicações financeiras entre as várias instituições financeiras.

28 COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DO MERCADO ATACADISTA DE ENERGIA ELÉTRICA - MAE

Os montantes de compra e venda de energia elétrica de curto prazo e seus respectivos valores foram provisionados com base em estimativas preparadas pela Administração da Companhia e ajustados quando divulgadas as diversas contabilizações efetuadas pelo Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE. Abaixo demonstramos as contabilizações e liquidações do mercado de curto prazo:

a) Contabilizações divulgadas pelo MAE até 31 de dezembro de 2004:

Controladora e Consolidado				
Mês/ano	Encargo Serviço do Sistema - ESS	Custo com compras	Receita de vendas	Resultado líquido
Set a Dez/2000	-	(11.558)	-	(11.558)
Jan a Dez/2001	(12.506)	(14.255)	2.142	(24.619)
Jan a Dez/2002	806	(17.718)	11.952	(4.960)
Jan a Dez/2003	(6.343)	(1.067)	436	(6.974)
Jan a Dez/2004	(3.387)	(3.031)	808	(5.610)
Total	(21.430)	(47.629)	15.338	(53.721)

b) Saldo do MAE deduzidas as liquidações até 31 de dezembro de 2004:

Controladora e Consolidado			
Operações	Acumulado até 31/12/2004	Liquidações	Saldo em 31/12/2004
Encargos Serviço do Sistema - ESS	(21.430)	21.430	-
Custo com compras	(47.629)	47.333	(296)
Receita de vendas	15.338	(15.338)	-
Total	(53.721)	53.425	(296)

29 SEGUROS

Os principais ativos em serviço da empresa estão segurados por um montante global de R\$ 32.409 conforme as modalidades de risco e data de vigência demonstradas a seguir:

Riscos	Data de vigência	Importância segurada
Riscos nomeados - subestações	30/03/04 a 31/03/05	7.000
Riscos nomeados - lojas e depósitos	30/03/04 a 31/03/05	14.000
Riscos diversos	30/03/04 a 31/03/05	4.409
Responsabilidade civil	30/03/04 a 31/03/05	6.000
RCF - veículos	30/03/04 a 31/03/05	1.000
Total		32.409

30 RESOLUÇÃO ANEEL Nº 166 DE 13/07/2004

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL determinou através da Resolução Homologatória nº 166, de 13 de julho de 2004, como parte do processo de aprovação da incorporação da DOC 3 Participações S.A. pela Rio Grande Energia S.A., as seguintes principais obrigações, deliberadas na Assembléia Geral Extraordinária de 04 de outubro de 2004, quando foi modificado o Estatuto Social da Companhia:

- aditamento ao Contrato de Concessão nº 13/97 para conter as exigências da Resolução Homologatória acima referida, com a tipificação de penalidades aplicáveis na hipótese do seu descumprimento, no percentual de até 2,0% (dois por cento) do faturamento da Companhia. O Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão foi assinado em 22 de Novembro de 2004;
- adequação da curva de amortização do saldo do ágio aprovada na Assembléia Geral Extraordinária de 28 de junho de 2004, para a curva de amortização constante do Anexo I da Resolução nº 166 (vide nota explicativa nº 11.f);
- modificação das características das ações preferenciais emitidas pela Companhia (vide nota explicativa nº 21), substituindo a previsão estatutária de resgate e pagamento de dividendos fixos e cumulativos, para o recebimento de dividendos 10,0% (dez por cento) maior do que o atribuído às ações ordinárias, vinculados a existência de lucro a serem distribuídos nos termos da legislação em vigor; e prioridade no reembolso do capital, em caso de liquidação;
- capitalização do saldo dos dividendos fixos declarados e não pagos (vide nota explicativa nº 18), deduzido do “saldo positivo do fluxo financeiro”;
- os acionistas assumiram o compromisso de manter as contra-garantias mencionadas no item IV do art. 1º da Resolução, seja direta ou indiretamente, até a quitação total da operação junto ao “BankBoston” (vide nota explicativa nº 14), na proporção das respectivas participações acionárias no capital social da Companhia. Em cumprimento a este item, os controladores da Companhia, CPFL Energia S.A. e Ipê Energia Ltda., assinaram, em 6 de outubro de 2004, Contrato de Prestação de Contra-Garantia, tornando-se garantidores finais de toda e qualquer obrigação, no que diz respeito à operação junto ao “BankBoston” (vide nota explicativa nº 14). A garantia foi proporcional à participação dos controladores da Companhia;
- adicionalmente, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL determinou através desta Resolução a elaboração do fluxo financeiro desta incorporação, até amortização total da dívida junto ao “BankBoston” (vide nota explicativa nº 14), visando garantir a neutralidade dos efeitos da incorporação, observando os seguintes procedimentos:

- (i) computar como “entradas” os efetivos benefícios do imposto de renda e da contribuição social (IRPJ e CSLL), decorrentes da amortização do ágio e dos juros da dívida originária da incorporação, assim como os lucros que deixarem de ser distribuídos aos acionistas controladores, na forma de juros sobre o capital próprio ou dividendos;
- (ii) computar como “saídas” os desembolsos para amortização do principal e encargos da dívida assumida em decorrência da incorporação, assim como os dividendos fixos, o resgate de ações preferenciais e o aumento de capital na Sul Geradora Participações S.A.;
- (iii) remunerar os saldos dos valores das “entradas” e “saídas” com base na taxa prevista para correção da dívida incorporada.

Em caso de apuração do fluxo financeiro negativo, os controladores da Companhia deverão aportar recursos em valor equivalente no prazo de 60 dias contados da data da realização da AGO, mantendo-se as mesmas participações dos acionistas minoritários. Os acionistas controladores poderão reter os dividendos a que fizerem jus, para fins de aporte do fluxo financeiro negativo. Caso o fluxo financeiro aponte saldo positivo, o mesmo será utilizado para eventual compensação em período subsequente.

A Resolução ANEEL nº 166 também determina a eliminação da participação da Rio Grande Energia no capital social da Sul Geradora Participações, até 16 de setembro de 2005, conforme prazo constante do art. 20 da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, em condições a serem submetidas à anuência prévia da ANEEL, de forma que não remanesça na concessionária quaisquer ônus ou obrigações relacionadas à subsidiária integral;

A Comissão de Valores Mobiliários – CVM, através do Ofício CVM/SEP/GEA-1 nº 197, de 24 de maio de 2004, encaminhado a ANEEL, manifestou concordância com os termos apresentados, na oportunidade, em forma de minuta da referida resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL publicada sob o número 166 em 13 de julho de 2004.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004

	Distribuição	Atividade não vinculada	Consolidado
Receita operacional			
Fornecimento de energia elétrica	1.862.796	-	1.862.796
Suprimento de energia elétrica	27.157	-	27.157
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	893	-	893
Outras receitas operacionais	17.918	-	17.918
	1.908.764	-	1.908.764
Deduções da receita operacional			
ICMS	(358.132)	-	(358.132)
PIS	(25.007)	-	(25.007)
COFINS	(117.113)	-	(117.113)
Reserva global de reversão	(9.941)	-	(9.941)
Encargo de capacidade emergencial	(42.122)	-	(42.122)
	(552.315)	-	(552.315)
Receita operacional líquida	1.356.449	-	1.356.449
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	(692.883)	-	(692.883)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(129.487)	-	(129.487)
	(822.370)	-	(822.370)
Custo de operação			
Pessoal	(22.868)	-	(22.868)
Entidade de previdência privada	(788)	-	(788)
Material	(7.320)	-	(7.320)
Serviços de terceiros	(15.503)	-	(15.503)
Depreciação e amortização	(43.057)	-	(43.057)
Conta consumo de combustível - CCC	(56.590)	-	(56.590)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(30.846)	-	(30.846)
Outros custos de operação	(6.009)	-	(6.009)
	(182.981)	-	(182.981)
Custo de serviço prestado a terceiro			
Depreciação e amortização	(461)	-	(461)
Custos com manutenção	(312)	-	(312)
	(773)	-	(773)
Lucro operacional bruto	350.325	-	350.325
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	(51.734)	-	(51.734)
Despesas gerais e administrativas	(68.910)	(27)	(68.937)
Amortização de ágio	(15.779)	-	(15.779)
	(136.423)	(27)	(136.450)
Resultado do serviço	213.902	(27)	213.875
Resultado de participações societárias	(36.138)	-	-
Receita (despesa) financeira			
Receita	36.895	-	36.895
Despesa	(90.326)	(45.748)	(136.074)
Juros sobre mútuo	(9.637)	9.637	-
	(63.068)	(36.111)	(99.179)
Resultado operacional	114.696	(36.138)	114.696
Receita não operacional	1.457	-	1.457
Despesa não operacional	(14.634)	-	(14.634)
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social e imposto de renda	101.519	(36.138)	101.519
Contribuição social	(18.945)	-	(18.945)
Imposto de renda	(51.822)	-	(51.822)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	30.752	(36.138)	30.752

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Receitas				
Receita de venda de energia e serviços	1.908.764	1.591.100	1.908.764	1.591.100
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.762)	(10.577)	(10.762)	(10.577)
Resultado não operacional	(13.177)	(6.313)	(13.177)	(6.313)
	1.884.825	1.574.210	1.884.825	1.574.210
Insumos				
Custo com energia elétrica	(822.370)	(668.176)	(822.370)	(668.176)
Serviços de terceiros	(40.182)	(32.244)	(40.209)	(32.244)
Material	(8.372)	(7.705)	(8.372)	(7.705)
Outros custos operacionais	(33.152)	(18.945)	(33.207)	(20.341)
	(904.076)	(727.070)	(904.158)	(728.466)
Valor adicionado bruto	980.749	847.140	980.667	845.744
Retenções				
Depreciação e amortização	(56.317)	(57.523)	(56.317)	(57.523)
Amortização de ágio	(15.779)	(112.027)	(15.779)	(112.027)
	(72.096)	(169.550)	(72.096)	(169.550)
Valor adicionado líquido	908.653	677.590	908.571	676.194
Valor adicionado transferido				
Resultado de participações societárias	(36.138)	(49.671)	-	-
Receitas financeiras	36.895	29.352	36.895	29.352
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(70.767)	10.926	(70.767)	10.926
	(70.010)	(9.393)	(33.872)	40.278
Valor adicionado a distribuir	838.643	668.197	874.699	716.472
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	62.258	61.315	62.258	61.315
Impostos, taxas e contribuições	642.687	491.846	642.687	491.846
Juros e aluguéis	102.946	138.194	139.002	186.469
Dividendos sobre o lucro líquido	29.214	-	29.214	-
Lucros retidos / prejuízo do exercício	1.538	(23.158)	1.538	(23.158)
	838.643	668.197	874.699	716.472
Valor adicionado (médio) por empregado	597	507	623	544

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	30.752	(23.158)	30.752	(23.158)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa				
Depreciação e amortização	59.319	58.652	59.319	58.652
Amortização de ágio	15.779	112.027	15.779	112.027
Provisão para contingências	7.343	2.413	7.398	3.808
Juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	82.627	120.524	118.426	168.241
Provisão de passivo atuarial - CVM-371	(806)	2.691	(806)	2.691
Baixas no ativo permanente	16.317	6.748	16.317	6.748
Imposto de renda e contribuição social diferidos	40.991	(10.926)	40.991	(10.926)
Resultado de participações societárias	36.138	49.671	-	-
Outros	(12.057)	10.577	(12.057)	10.577
Geração bruta de caixa	276.403	329.219	276.119	328.660
(Aumento) redução no ativo circulante e realizável a longo prazo				
Contas a receber de clientes	(22.780)	(66.266)	(22.780)	(66.266)
Tributos a compensar	(27.025)	(2.765)	(27.869)	(3.326)
Estoque	(763)	355	(763)	355
Despesas pagas antecipadamente	(2.562)	(2.217)	(1.302)	(5.638)
Diferimento de custos tarifários	26.631	(5.065)	26.631	(5.065)
Outros	(1.764)	(14.323)	(1.764)	(14.323)
	(28.263)	(90.281)	(27.847)	(94.263)
Aumento (redução) no passivo circulante e exigível a longo prazo				
Fornecedores	(4.997)	(7.158)	(4.997)	(7.158)
Obrigações trabalhistas	324	761	324	761
Tributos e contribuições sociais	35.749	11.111	35.749	11.111
Diferimento de ganhos tarifários	463	4.815	463	4.815
Taxas regulamentares	4.655	(814)	4.655	(814)
Outros	2.460	2.765	2.338	6.035
	38.654	11.480	38.532	14.750
Geração operacional de caixa	286.794	250.418	286.804	249.147
Investimentos no ativo permanente				
Investimento	(17.838)	-	-	-
Imobilizado	(98.022)	(62.432)	(98.022)	(62.432)
Diferido	(1.952)	(4.027)	(1.952)	(4.027)
Caixa líquido aplicado nos investimentos	(117.812)	(66.459)	(99.974)	(66.459)
Financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	455.528	250.988	455.528	250.988
Amortização de empréstimos e financiamentos	(436.703)	(298.592)	(603.779)	(461.304)
Pagamento de dividendos de ações preferenciais	(51.000)	(1.073)	(51.000)	(1.073)
Pagamento de mútuo com partes relacionadas	(149.201)	(163.995)	-	-
Contribuição e doação do consumidor	9.697	9.013	9.697	9.013
Caixa líquido gerado pelos financiamentos	(171.679)	(203.659)	(189.554)	(202.376)
Geração líquida de caixa	(2.697)	(19.700)	(2.724)	(19.688)
Saldo das disponibilidades no início do período	31.583	51.283	31.614	51.302
Saldo das disponibilidades no final do período	28.886	31.583	28.890	31.614

Continuação das demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e de 2003.

DIRETORIA

Sidney Simonaggio
Diretor Presidente

Eduardo Feldmann Costa
Diretor Administrativo-Financeiro
e de Relações com Investidores

João Alfredo Spada
Diretor de Operações

CONTABILIDADE

Joelson Barbosa Boeira
Gerente de Controladoria
CRC/RS 056979/O-4

Paulo Régis Barato da Silva
Gerente de Contabilidade
CRC/RS 051887/O-8

Parecer dos auditores independentes

Aos Diretores e Acionistas da
Rio Grande Energia S.A.

- 1 Examinamos os balanços patrimoniais da Rio Grande Energia S.A. e os balanços patrimoniais consolidados da Rio Grande Energia S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2004 e 2003 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos da Rio Grande Energia S.A. e as correspondentes demonstrações consolidadas do resultado e das origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.

- 2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da companhia e sua controlada; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

- 3 Conforme descrito na Nota Explicativa 12, a empresa controlada integral Sul Geradora Participações S.A. optou pelo registro no ativo diferido do valor decorrente das variações nas taxas de câmbio ocorridas no exercício de 2001, computadas sobre as obrigações em moeda estrangeira. As práticas contábeis adotadas no Brasil, requerem que os efeitos de flutuações nas taxas de câmbio sejam reconhecidos no resultado do exercício em que ocorreram. Como consequência desse procedimento adotado pela empresa controlada integral, o lucro do exercício da controladora e do consolidado estão apresentados a menor em R\$ 9.481 mil (o prejuízo de 2003 está apresentado a maior em R\$ 18.100), o ativo diferido e o patrimônio líquido, em 2003, estão apresentados a maior em R\$ 9.481 mil.

- 4 Somos de parecer que, exceto quanto aos efeitos do assunto mencionado no parágrafo anterior, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Grande Energia S.A. e da Rio Grande Energia S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2004 e 2003 e os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos da Rio Grande Energia S.A. dos exercícios findos nessas datas, bem como os resultados consolidados das operações e as origens e aplicações de recursos consolidadas desses exercícios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 5 Nosso exame foi conduzido com o objetivo de emitirmos parecer sobre as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. A demonstração do resultado segregado por atividade, a demonstração do fluxo de caixa e a demonstração de valor adicionado que estão sendo apresentadas para propiciar informações suplementares sobre a companhia, não são requeridas como parte integrante das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A demonstração do resultado segregado por atividade, a demonstração do fluxo de caixa e a demonstração de valor adicionado foram submetidas aos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2005

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RS

Amoreti Franco Gibbon
Contador CRC 1SC011841/O-2 "S" RS

Gilberto Bagaiolo Contador
Contador CRC 1RS069038/O-0

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração, tendo examinado o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e documentos da Rio Grande Energia S.A., do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004, após análise e esclarecimentos prestados pela Diretoria, consoante o Parecer da Auditoria Externa, aprova os referidos documentos, por unanimidade, e propõe sua aprovação por parte dos Senhores Acionistas.

Porto Alegre, 09 de março de 2005.

Aloísio Macário Ferreira de Souza

André Béla Jánszky

Douglas José Scortegagna

Francisco Caprino Neto

João Alberto Schmitt

Luiz Maurício Leuzinger

Marcelo Emilio Figueira

Otávio Carneiro de Rezende

Paulo Edgar Trapp

Valdir Garcia

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Rio Grande Energia S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer dos auditores externos – PricewaterhouseCoopers, datado de 25 de fevereiro de 2005, bem como as informações e esclarecimentos prestados, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.

Porto Alegre, 10 de março de 2005.

Carlos Roberto Innig

Egon Handel

Inácio Clemente da Silva